



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 24/13-17

SESSÃO ORDINÁRIA

2017/04/21

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezassete, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Manuel Marques.
- Vanda Maria Cunha Pêgo, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe da Silva Matias.
- Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Clemente Gonçalves Pires.
- Manuel Pereira Amial, eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.



Assembleia Municipal de Caminha

- Carlos Alberto Mouteira Fernandes, eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro 2017;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2016;
- d) – Protocolos de Apoio às Freguesias;
- e) – Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Argela para apoio na Pavimentação do Caminho no Lugar de Santa Cruz.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa uma Moção, assinada pelo representante do Grupo Parlamentar da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “Moção 25 de Abril e 1º de Maio”

De seguida o Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária **Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores



Assembleia Municipal de Caminha

Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“As comemorações do 25 de abril e do 1º de Maio são, em Portugal, um momento histórico que conjuga a ação popular e a determinação política na mudança do rumo e da organização do Estado com a vanguarda das justas reivindicações das massas trabalhadoras, da consagração dos direitos e conquistas laborais que tardaram a impor a sua afirmação num Portugal pobre, preso às elites do regime, que sem pejo nem vergonha viviam à sombra de um regime que alimentava o medo, a exploração no trabalho e a limitação das liberdades individuais e coletivas. A 25 de abril de 1974, como é de todos sabido, de um punhado de homens se ergueu uma nação, e com ela se abriram as portas do conhecimento que mostraram as atrocidades cometidas pelos agentes da ditadura. Foram 48 anos em que a mordaza se impunha pelo medo, pela subserviência no trabalho e na sociedade. Quase meio século em que os monopólios protegidos do Estado limitaram o crescimento económico e social do país. Foram anos em que a esperança residiu na fuga face à guerra que se oferecia ou à pobreza que se impunha. E ao longo de todos estes anos, foi na clandestinidade que democratas e patriotas fizeram a sua luta heroica e destemida, com destaque particular para a militância do Partido Comunista Português.

Lembrar a Revolução dos Cravos e aliar a ela a grande manifestação comemorativa do 1º de Maio de 1974, é garantir que não se esquece o sofrimento dos trabalhadores e do povo. Lembrar, 43 anos depois, um 25 de abril cheio de esperança, é garantir que as raízes democráticas sobrevivem face à ignomínia tentada nos retrocessos sociais e laborais que atentam contra a democracia desejada em 1974, consubstanciada numa sociedade progressista, livre e responsável. Lembrar o 1º de Maio de 1974 é garantir que as massas trabalhadoras unidas são também a expressão de um povo que vê na paz e no trabalho o sentido da vida e da felicidade.

Assim:



Assembleia Municipal de Caminha

Considerando as datas comemorativas que se aproximam, o 25 de abril e o 1º de Maio, a primeira na ação libertadora do povo português, a segunda na afirmação livre dos trabalhadores;

Considerando as conquistas da Revolução de Abril, no plano político, económico e social, destacando o incremento nas liberdades e garantia laborais;

Considerando que da Revolução dos Cravos resultou um Poder Local Democrático, legitimado pela expressão da vontade popular medida no voto;

Considerando o papel dos democratas e patriotas que ousaram desafiar a ditadura vigente, dando exemplo da conquista da liberdade e da ação responsável na criação das condições constitucionais para o funcionamento e reconhecimento do Estado Português, garantindo o pendor progressista e uma forte vinculação aos direitos dos trabalhadores e das populações, bem como a justos objetivos de desenvolvimento sustentado e de justiça social;

Considerando que os municípios reconhecem que a garantia de uma administração pública ao serviço do interesse público, desburocratizada e próxima das populações foi uma conquista de Abril, mesmo que ainda não assumida na sua plenitude, em particular no que respeita à criação das regiões administrativas;

Considerando o tanto que há ainda a fazer na justa luta dos trabalhadores, particularmente face ao enorme retrocesso verificado no domínio das relações laborais na última década e meia, que desequilibraram profundamente essas relações em desfavor da parte mais fraca, a dos trabalhadores;

Considerando que as comemorações do 25 de Abril, o Dia da Liberdade, e do 1º de Maio, o Dia do Trabalhador, são de importância maior na afirmação democrática do povo português, reconhecendo nas classes trabalhadoras a dinâmica económica do país e na participação popular a identidade democrática do país.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 21/04/2017, delibera:

1 – Reconhecer e identificar-se com os valores e conquistas da Revolução de Abril de 1974, particularmente no que toca à democracia plena nas suas vertentes política, social, económica e cultural;



Assembleia Municipal de Caminha

2 – Saudar os trabalhadores portugueses, através dos que no município de Caminha exercem a sua profissão, e mostrar total solidariedade com a sua luta em defesa da segurança no emprego, na liberdade sindical como garantia da construção da unidade dos trabalhadores na defesa dos seus interesses, no direito à contratação coletiva, no direito à greve, entre outros;

3 – Apelar aos trabalhadores e ao povo, através dos eleitos autárquicos, no município e nas freguesias, e do movimento associativo, para se associarem às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, nos atos formais e informais, corporizando a afirmação da democracia e dos direitos laborais;

4 – Reconhecer o papel das autarquias na dinamização dos atos comemorativos do 25 de Abril e do 1º de Maio.

A presente moção deverá ser enviada para: Câmara Municipal de Caminha; Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do concelho de Caminha; Representação municipal do STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN); União Geral de Trabalhadores (UGT); Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP); Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE); Associação 25 de abril; Grupos parlamentares representados na Assembleia da República.”

O **Senhor Presidente da Mesa** propôs inscrições para intervenção referente à moção apresentada, como não houve inscrições, propôs de imediato para votação a moção, a qual foi aprovada por unanimidade.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

2.º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal de Caminha

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da pergunta dirigida pelas Deputadas Carla Cruz e Diana Ferreira ao Governo, através do Ministério da Cultura, sobre “Encerramento das Delegações da RDP e RTP em Braga e Viana do Castelo”.

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento dos Projetos de Lei do PCP apresentados na Assembleia da República:

. Lei-quadro que estabelece as condições de transferência as autarquias locais

. Regime Jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da a resposta do Governo à pergunta colocada pelas Deputadas Carla Cruz e Diana Ferreira ao Governo, através do Ministério da Cultura, sobre “Encerramento das Delegações da RDP e RTP em Braga e Viana do Castelo”.

-Ofício de Rui Miguel Alves e Sá, Engenheiro Civil, vem dar conhecimento da reclamação dirigida ao Senhor Presidente da Câmara de Caminha referente ao Proc.º66/15 de Construção de Moradia Unifamiliar.

-Ofício do Grupo Parlamentar do CDS/PP a dar conhecimento da receção da Moção:” Transferência de Competências”, que foi aprovada por unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de Caminha, no dia 17 de fevereiro de 2017.

-E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da receção da Moção:” Transferência de Competências”, que foi aprovada por unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de Caminha, no dia 17 de fevereiro de 2017.

-Ofício do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, a dar conhecimento da receção da Moção:” Transferência de Competências”, que foi aprovada por unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de Caminha, no dia



Assembleia Municipal de Caminha

17 de fevereiro de 2017, a qual foi remetida aos Senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

-Ofício do Gabinete do Primeiro Ministro, a dar conhecimento da receção da Moção: "Transferência de Competências", que foi aprovada por unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de Caminha, no dia 17 de fevereiro de 2017, a qual foi remetida para o Gabinete do Ministro Adjunto.

-E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a dar conhecimento da receção da Moção: "Transferência de Competências", e face ao assunto abordado remetem a intervenção do Sr. Deputado José Luís Ferreira, proferida na Assembleia da República, dia 16 de março de 2017, sobre a transferência de competências para as autarquias locais.

-Ofício da ANAFRE, a dar conhecimento da receção da Moção: "Transferência de Competências", que foi aprovada por unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de Caminha, no dia 17 de fevereiro de 2017

-Ofício do Gabinete do Secretario de Estado das Autarquias Locais a dar conhecimento da receção da Moção: "Transferência de Competências", a qual lhes foi remetida pelo Gabinete do Primeiro Ministro.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e todos aqueles que assistem pela internet por esse mundo fora e uma saudação muito especial para quem tem familiares na Suécia e na Irlanda, e disse sobre o rio Âncora que este Inverno voltou a Duna dos Caldeirões a



AD
E.

Assembleia Municipal de Caminha

sofrer das intempéries e está toda projetada sobre o rio e o leito do rio está bloqueado, e pergunta; Se, “O executivo tenciona fazer alguma intervenção, antes da entrada do Verão?”

Uma outra questão que o Senhor Deputado tem a colocar é sobre o pacto Rio Minho transfronteiriço, o qual, foi assinado no dia 10 de março de 2015 pelo Senhor Vice-Presidente Guilherme Lagido, e sobre esta pacto refere o Senhor Deputado que nunca mais se ouviu nada sobre ele, nem no site da Câmara Municipal, bem como na imprensa, pergunta, “O que aconteceu a este pacto? Se continua, se está em desenvolvimento, ou seja, qual o ponto de situação em que se encontra.”

Perguntou também o Senhor Deputado quanto à dívida do Ferry, se está paga? se La Guardia pagou a Caminha a dívida? Qual o ponto de situação desta dívida?

Perguntou ainda o Senhor Deputado quanto às contas do Festival de Vilar de Mouros, as quais gostavam de consultar, uma vez que não as viu publicadas em nenhum lado.

Um outro assunto que gostava o Senhor Deputado de perguntar era sobre o Provedor do Município, onde, já tem apresentado diversos requerimentos para que lhes seja apresentada a informação do trabalho executado do Senhor Provedor referente ao ano 2015 e mais uma vez vai apresentar um requerimento, mas, em 09 de dezembro de 2016 apresentou um requerimento onde dizia:

“Considerando que o Regimento do Provedor do Município de Caminha, estabelece no seu 11.º Artigo que:

- "O Provedor do Município enviará ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, no mês de janeiro, relatório da sua atividade referente ao ano anterior";
- Considerando que até à presente data, nem o Sr. Presidente da Câmara nem o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu cumprimento a este ponto regimental; Vem por este meio o Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha solicitar que até ao fim da realização da presente Assembleia Municipal, nos seja fornecido respetivo relatório da atividade do Provedor do Município de Caminha referente ao ano anterior (2015)".



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o Senhor Deputado apresenta outro requerimento referente ao ano 2016;

“Considerando que o Regimento do Provedor do Município de Caminha, estabelece no seu 11.º Artigo que:

- "O Provedor do Município enviará ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, no mês de janeiro, relatório da sua atividade referente ao ano anterior";

- Considerando que até à presente data, nem o Sr. Presidente da Câmara nem o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu cumprimento a este ponto regimental;

“Vem por este meio o Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha solicitar que até ao fim da realização da presente Assembleia Municipal, nos seja fornecido respetivo relatório da atividade do Provedor do Município de Caminha referente ao ano anterior (2016)”.

Disse ainda o Senhor Deputado que como todos sabem ele tem uma amizade especial pelo nosso Provedor do Município que é o Dr. ° Afonso Domingues, e não o queria ver de maneira nenhuma esquecido, mas, aquilo que lhe parece da maneira em que o executivo está a atuar dá a sensação que o querem esquecer, pois, o Senhor Deputado não gostava nem quer que isso aconteça.

Outro assunto que ali leva o Senhor Deputado é quanto ao Hi-fi das Argas, e refere que o Senhor Presidente há uns meses atrás não deixou de dizer em tudo que era imprensa que as Argas iam ter Hi-fi em toda a sua cobertura, mas, o facto é que passado este tempo o Hi-fi só se verifica num diâmetro de 7 a 8 metros sobre o Centro de Interpretação da Serra D'Arga, ou seja, o Senhor Presidente enganou toda aquela população ao prometer a rede Hi-fi e apenas se encontra circunscrito a uma pequena zona, mas, por outro lado é perigoso, porque pode colocar a vida de pessoas em perigo, uma vez que existem muitos atletas e caminheiros que descarregam as suas aplicações no telefone, para depois poderem seguir o percurso que se encontra descarregado no seu telefone, ou seja, sem o Wi-fi nada disso é válido e não conseguem fazer o percurso, onde se podem perder facilmente na Serra e até mesmo colocar em perigo a sua vida, deste modo, pede



Assembleia Municipal de Caminha

uma especial atenção ao Senhor Presidente para que se possível reforce o sinal para que as Argas fiquem na sua totalidade cobertas com a rede Wi-fi.

Disse por fim o Senhor Deputado que entrega à mesa os requerimentos ali apresentados, na esperança que até ao final da sessão da Assembleia lhe seja entregue o respetivo relatório da atividade do Provedor do Município.

O **Senhor Presidente da Mesa**, informou o Senhor Deputado Rui Taxa que o requerimento apresentado em dezembro de 2015, foi remetido ao Senhor Provedor do Município, mas, do qual ainda não obteve resposta.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“Exmo. Sr. presidente, ficará para sempre nos anais da história do concelho de Caminha a situação do conhecimento do património imobiliário municipal. Como V. Exa. se recorda, logo após a sua tomada de posse, aquando da nossa auscultação ao abrigo do estatuto do direito de oposição na preparação do orçamento de 2014, numa altura em que para V. Exa. era muito valorizada essa premissa legal, solicitamos-lhe a entrega da relação do património imobiliário municipal, completando o elenco com a informação relativa ao estado jurídico do mesmo. Corria o ano de 2013 e, apesar da nossa insistência nesta assembleia, porque no cumprimento do estatuto do direito de oposição V. Exa. deixou de receber a CDU, delegando no seu vice-presidente, no segundo ano do seu mandato, e nos restantes dois anos passou a delegar no vereador do pelouro das finanças, vincando bem, em nosso entender, a depreciação dada por si ao trabalho e representatividade das forças partidárias que não têm assento no órgão Câmara Municipal, tal como o PSD assumiu no passado, embora de forma mais grave, já que por e simplesmente o PSD deixou mesmo de receber a CDU. Mas dizia, relativamente ao património imobiliário que já nesta assembleia V. Exa. assumiu o seu desconhecimento, mas a verdade é que julgamos inaceitável que um mandato não seja suficiente para se inteirar desta matéria. De quantos imóveis dispõe o



Assembleia Municipal de Caminha

município? Quantos imóveis seus estão disponíveis? Quantos imóveis estão indisponíveis por cedências várias? Quantos imóveis estão em regime de comodato e por quantos anos? Quantos imóveis arrendados existem? De quantas rendas abdica o município? E em contrapartida, que rendas paga o município? Quantos imóveis municipais estão numa situação irregular, quer de registo, quer de escritura? Como pretende V. Exa. que os munícipes valorizem a sua gestão se é V. Exa. que atesta este desconhecimento e nem a esforços se entrega para nos esclarecer? Claro que V. Exa. sabe que a voz da CDU se restringe a este espaço e muito poucos são os munícipes que amanhã saberão das dúvidas que hoje levantamos. V. Exa. sabe que bastará um pequeno fait divers entre o PS e o PSD para que amanhã as notícias do dia sejam novamente as parangonas de novela, mantendo sempre na ordem do dia o PS e o PSD, não vá o povo interrogar-se porque razão só PS e PSD, sempre em conjunto, constituem a Câmara Municipal de Caminha há mais de 40 anos!

São estratégias políticas, dirão alguns, como no passado outras estratégias se impunham, jogando-se, por exemplo, com a ameaça de processos judiciais, queixas e outras ações, tantas vezes aqui badaladas. Mas o importante, afinal, é que a discussão flua pela rama sem melindrar nem comprometer eleições, independentemente dos candidatos, desde que estes sejam da rosa ou da seta. A talhe de foice, nunca, para não mudar o rumo estático que governa Caminha há mais de 40 anos. Mais de 4 décadas a desperdiçar oportunidades, adiando cada vez mais o prometido desenvolvimento económico e social do município.

A CDU, ao longo deste mandato, usando da representatividade dada pelo povo, apontou diretrizes, sugeriu aproveitamento das oportunidades, procurou impedir a ação contra a força da natureza. No entanto, os milhões de investimento difundidos eram sempre mais apetecíveis. Milhões que só neste século criaram um porto de mar em Vila Praia de Âncora, num investimento total de mais de 8 M€, numa obra do Estado Português, mas que localmente PS e PSD outorgavam como sua, até a saga das dragagens se iniciar, aumento continuamente os custos associados a esta obra que não cumpre a função fundamental de apoio no mar, na saída e



Assembleia Municipal de Caminha

entrada das embarcações, como também não cumpre em terra, sem qualquer dinamismo económico ligado ao mar. Mas dos milhões também se contam os da piscina municipal, onde 5 M€ se traduzem em mais de 20 M€ de custo para o município, para além dos custos de manutenção e funcionamento, vincando bem o negócio ruinoso para os cofres municipais. O mesmo se dirá da praça da república em Vila Praia de Âncora, que em vez de trazer novas dinâmicas apenas deixa a saudade do velho largo, onde se havia dado dignidade central ao Contra-Almirante Ramos Pereira, nome que teimosamente, sabemos lá porque forças, se procura apagar da memória. Veja-se a dificuldade em dar o nome à EBS de Vila Praia de Âncora, quando em Caminha foi tão fácil incorporar o nome de uma antiga escola primária, entretanto retirado no pós 25 de Abril, mas que discretamente se foi assumindo na substituição do nome do Agrupamento de Escolas Coura-Minho. E esta nomeação coincidiu no tempo em que o PSD, na liderança da Câmara Municipal de Caminha, assumia o saudosismo Sidonista, tentando recuperar a casa e criando o museu, procurando, dessa forma, homenagear Sidónio Pais, um homem que apenas nasceu em Caminha, que promoveu e liderou um golpe de Estado antidemocrático e feriu de morte a primeira república; um homem que se afirmou enquanto ditador concentrando nele poderes e alterando as bases republicanas democráticas, em particular a lei eleitoral; um homem que ficará para sempre associado ao abandono dos soldados portugueses na 1ª Guerra Mundial e à famosa batalha de La Lys, entre outras graças que não merecem qualquer graça da parte do município de Caminha, a não ser que outras questões ideológicas se sobreponham. Por isso a CDU estranha tanta resistência, tanta inoperância, tanta falta de gratidão para com os Ramos Pereira. A CDU não se cansa de conservar esta referência, como também a freguesia de Riba de Âncora o faz na justa reivindicação do património escolar oferecido pelo avô do Almirante, o Comendador José Bento Ramos Pereira. Por isso se deveria fazer de forma mais afirmativa em Vila Praia de Âncora, relativamente ao Dr. Inocêncio Ramos Pereira, a quem se deve a elevação a vila e que, pelo menos por isso, mereceria outra lembrança nas comemorações anuais do dia de Vila.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas voltando às obras e aos milhões, porque este executivo não é diferente do anterior nesta matéria, nem é diferente da experiência nacional do exercício autárquico. Numa rápida resposta à ação da natureza, foram investidos mais de 1 M€ na defesa da costa e conservação dunar, ignorando sinais naturais que, no mínimo, aconselhavam ao aprofundamento da discussão e decisão.

Mas afinal porque são as obras tão importantes, e se possível com muitos milhões? Porque PS e PSD medem o seu trabalho pelo volume de cimento. E isto está de tal forma impregnado na sociedade local que quando alguém diz que o PSD não fez nada, é porque o povo não viu cimento, o mesmo acontecendo na apreciação ao PS. É por isso que a saúde financeira é pouco valorizada por que não se vê.

Para terminar, ignorando todos estes investimentos que tem sido feitos no Município de Caminha, mas, que não se tem refletido em mais valor na economia e na valorização social do Concelho de Caminha, por isso, não terminarei esta intervenção sem felicitar o Etnográfico de Vila Praia de Âncora.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte;

“Daqui a 4 dias, celebraremos o quadragésimo terceiro aniversário da Revolução de Abril. Acabou-se o Regime ditatorial do estado Novo e iniciou-se o processo que nos levaria a implementação de um regime democrático, que nos levou à Liberdade!

Liberdade! Liberdade de escolha, Liberdade de expressão, Liberdade de opinião!

A opinião livre é uma conquista de Abril que não deve ser ameaçada, por isso, é com muita tristeza que verificamos que no nosso concelho, 43 anos depois, ainda existe quem não saiba lidar com esta Liberdade!

Este assunto é grave demais para poder passar em claro. Durante 12 anos de gestão do PSD à frente da Câmara Municipal, foram constantes as histórias de intimidação, ameaça e insulto. Com as eleições de 2013 tudo mudou exceto esta



Assembleia Municipal de Caminha

forma de fazer politica por parte do PSD que é o contrario da democracia e da liberdade.

43 anos depois do 25 de Abril de 1974, destacados dirigentes e militantes do PSD local ameaçaram cidadãos do concelho de Caminha que exprimiram a sua opinião sobre a herança, a pesada herança, dos 12 anos de gestão de Júlia Paula Costa. Foi intentado um processo crime contra um cidadão que se limitou a exprimir livremente a sua opinião nas redes sociais! Um eis autarca do PSD ameaçou uma cidadã e houve ainda uma abordagem intimidatória a urna trabalhadora do Município de Caminha, no local de trabalho e dentro do seu horário!

Afinal, é isto que queremos para o concelho de Caminha?!

Nos últimos 4 anos só ouvimos falar de Tribunais, porque os Munícipes estão a pagar as heranças judiciais que a gestão anterior decidiu deixar. Ouvimos falar de milhões, 3.7 milhões que nós munícipes teremos de desembolsar porque a gestão anterior não quis entregar um edifício nas condições em que o recebeu, porque a líder da gestão anterior preferiu ir ao Brasil e não resolver o processo dos herdeiros do Dólmen da Barrosa, porque a gestão anterior decidiu não autorizar um licenciamento no Externato Santa Rita, porque a gestão anterior decidiu perseguir funcionários!

Pergunto, haverá quem queira que sentenças, tribunais, medo e ameaça contra a Liberdade voltem!

Haverá quem queira que aqueles que hipotecaram o futuro do concelho, com condenações e acusações nos Tribunais, os mesmos que agora insistem na intimidação, no medo e na ameaça contra a Liberdade voltem?!

Para além de todas as divergências ideológicas que possam existir, há uma quase unanimidade no concelho de Caminha relativamente a este executivo do PS: apesar de todas as dificuldades, de todas as surpresas e do peso da herança, a Câmara Municipal cumpre com os cidadãos e com a Justiça pagando o que é devido, respeitando os Tribunais. Talvez seja esta a diferença maior entre o passado de Júlia Paula Costa e o presente e futuro de Miguel Alves Devemos orgulhar-nos da postura cívica, leal e democrática da atual gestão da Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal de Caminha. Uma gestão que com pouco, faz muito, uma gestão que resolve os problemas que outros deixaram, uma gestão que eleva o nome do nosso concelho, que nos trouxe o orçamento participativo deixando-nos participar nas decisões, que fez regressar o Festival de Vilar de Mouros, que voltou a trazer o Rally de Portugal, um executivo que é amigo dos seus munícipes!

As conquistas de Abril não devem ser ameaçadas, o bom nome dos cidadãos deve ser defendido e os insultos e insinuações públicas feitas por quem quer que seja devem ser repudiadas.

O que não queremos e lutaremos por impedir, é que o combate político volte a ser contaminado pelo medo e pela coação. O PSD defende o regresso do passado ao concelho de Caminha, mas estou certa que a população, continua a preferir a Liberdade, o Desenvolvimento e o Prestígio da nossa terra e das suas instituições. A liberdade foi conquistada a 25 de Abril de 1974, em Caminha, o tempo do terror e da ameaça terminou em outubro 2013 e não voltará!”

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, disse quanto à questão que o Senhor Deputado Rui Taxa levantou sobre o rio Âncora, relativamente a questão das intempéries e a Duna ter caído sobre o rio Âncora, e quanto ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro, o qual lhe pareceu ter abordado esta temática, disse o Senhor Vereador que em 2013, princípios de 2014 a Duna dos Caldeirões ruiu, houve um intervenção e existe um processo de reposição da Duna que se encontra em curso. Disse ainda o Senhor Vereador que na intervenção que se fez na altura, entendeu-se que o fundamental seria aliviar a pressão que o rio exercia na perpendicular da Duna, e para isso, foi realizado um refletor e um canal alternativo, e como já tem referido várias vezes o Senhor Vereador o problema do rio Âncora, é o problema da bacia hidrográfica do rio dos sucessivos incêndios florestais que acabam por transformar o rio Âncora que tinha um curso regular, num rio com um curso torrencial, ou seja,



Assembleia Municipal de Caminha

quando chove muito tem muita água, quando não chove ou chove pouco, praticamente não tem água, e é precisamente esse facto que levou em parte ao assoreamento, a outra parte, foi o facto do galgamento da Duna, pelo mar, o qual não foi assim tão forte. Disse ainda o Senhor Vereador que questão está a ser devidamente acompanhada pela Câmara e pela Agência Portuguesa do Ambiente, e entendeu o executivo que no momento não existem motivos para grandes alarmes, na medida em que o canal alternativo que foi feito é suficiente para dar escoamento ao rio naquela zona, porém, não está excluída uma intervenção, mas, tem que se ir acompanhando, porque, o facto do escoamento se fazer pelo canal alternativo, de certo modo também defende a Duna, e como o objetivo principal e defender a Duna, está a ser estudado a defesa da Duna através de geo-cilindros na própria Duna no sentido de ajudar a fixar a areia na própria Duna com mais rapidez, logo, o facto de haver um corpo estranho como serão os geo-cilindros permitirá o processo de reconstituição da Duna e nessa altura se for o caso, se procederá ao desassoreamento, e como podem verificar a questão não está abandonada, está a ser devidamente acautelada.

Disse ainda em relação à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, o Senhor Vereador que a preocupação não é de betão, já foi com este executivo que foi reconstituída parte substancial da Duna do Camarido a Norte de Moledo, através dos referidos geo-cilindros que são hoje uma referência e que na altura já foram relativamente inovadores, apesar de já ter havido uma experiência no Algarve, mas, na Costa Atlântica, aí foi totalmente inovador, sendo essa a primeira intervenção a fazer-se nessa Costa. Disse ainda o Senhor Vereador que tem havido uma preocupação para que junto à Costa a circulação pedonal se faça de forma ordenada, há muitos anos fazia-se de uma forma desordenada, e com a criação dos passadiços entre Moledo e Vila Praia de Âncora agora em fase final e a preocupação de orientar esses percursos, por zonas aonde o impacto seja menor, é de facto a prova de que não é betão que nos move, mas também outros tipos de investimentos, iniciativas, que ajudam a uma maior proteção do meio ambiente.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto ao Hi-fi nas Argas disse o Senhor Vereador que a falta de comunicações é um risco elevadíssimo para quem circula em áreas protegidas, ou em áreas florestais, ou seja, é tão mal o nevoeiro na Serra como é no Rio ou no Mar. Disse ainda o Senhor Vereador que viveu variadíssimas situações dramáticas em que as coisas se complicaram, e nesta situação, essa preocupação levou a que o executivo o quanto antes levasse à Serra D'Arga a rede telefónica, coisa que não existia à 2 anos atrás, ou seja, era muito difícil apanhar rede telefónica, onde melhorou substancialmente, logo, a questão do perigo e risco diminuiu substancialmente. Relativamente a rede Hi-fi disse o Senhor Vereador que como qualquer projeto começa com a sua maturação, com o projeto propriamente dito, e depois com a sua execução e com os tramites que são necessários seguir para que o projeto seja implementado. Portanto, o projeto não está de modo algum esquecido encontra-se em fase de criação das infraestruturas técnicas, não há Hi-fi sem haver postos de transmissão de sinal, os quais tem de ser colocados em determinados sítios, e esses locais pertencem a alguém, ou seja, a baldios ou à Junta de Freguesia e muitas das vezes em espaços protegidos, logo, não pode haver licenciamento desses postos de transmissão, sem haver a conveniente autorização, apesar de no caso dos baldios e junta se encontrar dada essa autorização, mas, falta ainda os pareceres do ICNF e da ANACON, logo, está-se na fase de aguardar a autorização para essa matéria. Também já se tem a estimativa daquilo que é necessário para se fazer esse investimento e também existem os procedimentos concursais nestas matérias, pelo que, gostava que esse processo fosse mais rápido, mas, tem que se gerir esse processo de acordo com as regras e não se pode falar em antenas piratas em qualquer sítio e aguardar pelas consequências que daí advém, portanto, a rede Hi-fi estará proximamente disponível para a população das Argas.

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado Rui Taxa cumprimentou pessoas que estão no estrangeiro, e com isso, o Senhor Presidente sublinha o papel desta ação política da Assembleia, que tem a ver com o facto de não se permanecer herméticos no debate, sempre rico com as opiniões de cada um, mas de se transportar para o exterior aquilo que ali se debate e que diz respeito á nossa comunidade e vivencia democrática, e por isso, saúda todos aqueles que assistem no exterior, e saúda aqueles que tornam possível para que esta emissão aconteça, aqueles que a partir da Câmara Municipal tomaram esta iniciativa, pois, trata-se de uma iniciativa importante, e todos aqueles que souberam resistir, porque já ali fizeram algumas criticas por parte de algumas forças políticas, colocando os jornalistas e a empresa que trabalha com Assembleia Municipal em causa, relativamente ao corte de determinado tipo de imagens, quando alguém estava a discursar, pelo que, saúda o profissionalismo daqueles que tem levado o debate democrático para fora, sendo este um debate que é acompanhado em cerca de 500 pessoas em média, no total destes debates. Disse ainda o Senhor Presidente que se apercebe, quando na manhã do dia seguinte são muitas as pessoas que o abordam a dizerem aquilo que ouviram e aquilo que não quiseram ouvir, porque já não tinham paciência para ouvir de alguns que dizem sempre o mesmo e o seu contrário muitas das vezes, logo, as pessoas acompanham aquilo que é dito, e por isso não pode deixar de saudar estas pessoas e este espírito democrático.

Quanto ao Pacto Rio Minho Transfronteiriço, disse o Senhor Presidente que esta candidatura, faz parte dos Concelhos banhados pelo Rio Minho em Portugal e na Galiza, e sofreu um corte substantivo nos fundos que lhes foram atribuídos, praticamente para metade, logo, o desenho que foi montado por todos os Concelhos, obrigou a fazer uma reflexão, ou seja, está-se a realizar por todos os Concelhos um percurso para se poder ajustar aquilo que é a candidatura global e a candidatura específica de cada Concelho. Disse ainda o Senhor Presidente que este processo atrasou por causa disso, pelo que, existe uma única, e foi atribuído uma parte de dinheiro a este pacto, mas, apenas metade daquilo que estava previsto e desejável por parte dos Municípios. Disse também o Senhor Presidente



Assembleia Municipal de Caminha

que o Concelho de Caminha já se pronunciou sobre esta matéria, já fez o ajuste que entendia fazer e de momento está-se a aguardar, e até porque, esta é uma questão fundamental e não deve ser parada por questões burocráticas e o nosso Concelho tem um potencial, porque tem uma vivença transfronteiriça bastante intensa, e não se devem perder alguns fundos comunitários que são atribuídos, pois a outros projetos que embora estejam na fronteira não tem um cariz de vivença transfronteiriça como este.

Quanto à dívida do Ferry, disse o Senhor Presidente que aquilo que ali tem dito é o que pode manter, que o que aconteceu relativamente ao processo que foi intentado no passado, é que houve um acordo que foi transmitido para o processo judicial que está no Tribunal Administrativo, e esse acordo decidiu dividir a questão em duas partes, ou seja, uma parte sobre aquilo que concordavam, e o Município de La Guarda e Caminha concordavam que havia uma dívida de 2006 em diante que era uma dívida reconhecida pelo próprio Município de La Guarda e que era devida ao Concelho de Caminha, sendo que, uma parte dessa dívida foi paga durante estes três anos, e a outra parte, dessa dívida que está em atraso que são 2 anos, será paga de acordo com um calendário que foi estabelecido, ou seja, julga o Senhor Presidente, que será pago até ao final deste ano um ano específico, e no próximo ano será paga a restante, pois é aquilo que consta do processo judicial. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que está para trás que diz respeito à dívida até 2006, existe um diferendo entre o Município de Caminha e a Guarda, em que o Município de Caminha entende que é devido o pagamento a Caminha, mas, a Guarda entende que esse pagamento que a obrigatoriedade desse pagamento já prescreveu, mas, o executivo entendeu que não deve ser Caminha a desistir dessa postura e será o Tribunal que irá decidir sobre essa matéria.

Relativamente a Vilar de Mouros 2016, disse o Senhor Presidente aquilo que pode dizer é aquilo que é a fotografia do Município de Caminha, ou seja, essa matéria está espelhada nas contas do exercício do Município de Caminha, tudo aquilo que se gastou em logística, no pagamento às empresas, no pagamento à Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, ou seja, tudo o que diz respeito ao Festival, existe



Assembleia Municipal de Caminha

uma pequena parte que está refletida nas contas da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, que tem a ver com aquilo que terá gasto com o festival, o qual tem a ver com a entrada do dinheiro da Câmara Municipal de Caminha.

Quanto ao património imobiliário municipal, disse o Senhor Presidente que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, foi ali tentar fazer aquilo que é o papel da CDU nesta matéria, e que é tentar colocar o PS e o PSD no mesmo saco, distinguindo aí a CDU de demonstrar aquilo que vale, logo, o Senhor Presidente disse que não deve de ter essa preocupação, porque a CDU vale já muito, através do posicionamento que tem nesta Assembleia, e também junto dos trabalhadores e da comunidade. De todo o modo disse o Senhor Presidente que apareceu ali com todo este afin, e preocupado daquilo que pode ser as diatribes entre o PS e o PSD, mas, salienta o Senhor Presidente que apareceu ali mais como candidato do que qualquer outro, logo, saúda-o o Senhor Presidente do aparecimento da pole-position do Senhor Deputado, mas, o Senhor Presidente refere que não deixa de ter razão relativamente ao património imobiliário municipal e à lentidão que se tem tido em relação a essa matéria, não deixa de reconhecer o Senhor Presidente a verdade dos factos, mas, é que nas prioridades que estão elencadas ao nível do trabalho com o património ou com as finanças, pois trata-se do mesmo grupo de pessoas que trabalha nesta matéria de facto uma elencagem sistemática do património, o registo desse património, saber exatamente o que ele vale, isso não tem estado na primeira linha das preocupações, não por nenhuma espécie de preguiça mental, mas, não tem sido possível ocorrer a essa matéria, apesar de se ter já registado muitos bens que não estavam registados, e a quem pertenciam. Não deixa desse modo o Senhor Presidente de concordar com o Senhor Deputado em que se pode ir mais além e de facto sistematizar, ou seja, colocar em livro aquilo que o município tem, apesar desse trabalho tem vindo a ser realizado à medida de oportunidade que surge, a qual tem a ver com o trabalho com as Juntas de Freguesia, a necessidade de se trabalhar com as associações, como é o caso das embarcações, apesar de este não ser um bem imóvel mas móvel, esses registos tem vindo a ser feitos à medida que vão surgindo, logo, aquilo que o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente diz ao Senhor Deputado é aceitar a sua critica com total humildade e tentar criar uma fórmula de sistematização que seja mais eficaz. Disse ainda o Senhor Presidente para que o Senhor Deputado não fique com essa imagem, embora ouvindo a critica a possa compreender, mas, que haja da parte do Presidente da Câmara uma depreciação do papel da CDU, é verdade que numa fase inicial do mandato estivessem mais juntos, atualmente menos, mas, não quer o Senhor Presidente que entenda que algum dos Senhores Vereadores ao receberem-lo que é uma desconsideração, o que não é, apesar de saber que pessoalmente o entendeu, mas politicamente não queria que o considerasse. Disse ainda o Senhor Presidente que tem muito respeito pela ação politica de todos os partidos, pelos partidos de oposição na Câmara como na Assembleia Municipal, e mesmo até aqueles que possam fazer ação politica a nível Nacional, que possam confrontar a própria Câmara com a sua ação, e refere o Senhor Presidente, indo ao encontro da intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia, que essa é uma marca deste executivo camarário, apesar, de nem sempre se concordar com a ação politica da oposição e opiniões de cada um, mas, este executivo tem pautado a sua ação politica por compreender que existem sempre posturas e opiniões diferentes, e respeita essas opiniões e não embarca em algum tipo de perseguição que acabem por ter efeitos nefastos, quer em termos pessoais, que o tem, e que o teve no passado; efeitos nefastos para cada uma das pessoas perseguidas, mas, também para a Câmara Municipal que teve que pagar indemnizações por causa de decisões que foram tomadas, mais numa ação pessoal do que propriamente numa ação ponderada, mas, que também tem reflexos nas juntas de Freguesia que as vezes por não serem da cor, daqueles que estão na Câmara são prejudicadas, pelas associações que tem uma postura mais critica ou menos alinhada com o poder público e o poder autárquico que não eram apoiadas da mesma maneira, logo, pensa o Senhor Presidente que hoje isso não se reflete, não podem dizer que há mais apoio para uns ou para outros, que existe uma Junta de Freguesia que precisa de mais suporte, pois, hoje é difícil dizer-se que a Câmara Municipal de Caminha toma alguma decisão com base numa discordância politica, ou, numa



Assembleia Municipal de Caminha

dessintonia de opinião, logo, isso valoriza o papel da democracia e é também uma marca do Partido Socialista na Câmara Municipal de Caminha, e marca pela diferença que foram estes últimos quatro anos, e os últimos doze anos que se viveu em Caminha até 2013, logo, não considere essa matéria como uma desconsideração política, porque, o Senhor Presidente sabe que pessoalmente não o considerou.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, concedeu o período de réplica para cada bancada.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que perante a intervenção que a Senhora Deputada Paula Aldeia fez, poderia ter invocado o exercício do direito da honra, uma vez que o exercício que a Senhora Deputada Paula Aldeia ali acabou de fazer é que tem claramente um carácter intimidatório, insultuoso e sobretudo difamatório, nas afirmações que proferiu e no conteúdo da sua intervenção. Acrescentou ainda a Senhora Deputada que tanto V.exas., se desculparam com os processos, que só mostram incapacidade para os resolver, e que por isso, realmente resolveu dar uma ajuda perante essa incapacidade, pois será ela, naturalmente que os vai resolver, como fez com tantos outros no passado. Disse ainda a Senhora Deputada que este ainda não é o tempo de discutir ideias e projetos autárquicos, mas, pelos vistos hoje o ambiente nesta sala foi claramente de espírito de debate, de campanha eleitoral autárquica, logo, Vexa., está muito preocupada, porque seria mais fácil se não houvesse candidatos ou alternativas e muito menos alternativas credíveis e competentes com provas dadas, como é o caso do exercício de 12 anos, que volta a reiterar, que muito a honra. Disse ainda a Senhora Deputada que muito a apraz ali, dizer olhos nos olhos perante toda a gente dizer aquilo que fez. Disse ainda a Senhora Deputada que a opinião de V.exa., sobre essa gestão não é



Assembleia Municipal de Caminha

coincidente com os muitos munícipes que a abordam, que a incentivaram e que lhe pediram para que se candidatasse, é a esses que deve respeito, e é a esses que deve respostas e a todos aqueles que nos seguem em casa e que já conseguem fazer um exercício de comparação. Portanto, Senhora Deputada deixe que a seu tempo e com liberdade as pessoas escolham e decidam, e não insulte, e não julgue aquilo que não sabe. É que na verdade quem foi perseguida durante este tempo com processos anónimos, com denúncias anónimas e ainda hoje com custos pessoais para ela e para a sua família foi ela, mas, V.exas., insistem em falar nos processos que outros lhe moveram ou movem contra a Câmara Municipal de Caminha. Naturalmente que a seu tempo os munícipes vão poder avaliar, vão poder comparar. Disse ainda a Senhora Deputada que de facto os Senhores dão-se ao direito de insultar nas redes sociais, dão-se ao direito de dizer tudo aquilo que querem, e depois se as vítimas e ofendidas se querem defender em sítio próprio e em sede própria, então já são acusadas de que intentam contra a liberdade de expressão, esta é claramente a incoerência da vossa lógica. Disse ainda a Senhora Deputada Júlia Paula que percebeu perfeitamente a tentativa da Senhora Deputada Paula Aldeia de denegrir a imagem da candidata do PSD, numa lógica de difamação, mas, a sua opinião que não é a verdade, não pesa nos seus atos nem ações, porque os seus atos e ações são os da sua consciência e que está muito á vontade e de consciência tranquila por tudo aquilo que fez até hoje ao serviço do Município de Caminha e para a sua população. Disse para terminar a Senhora Deputada que não sabe de que processo a Senhora Deputada Paula Aldeia fala, nem de que funcionária fala na sua abordagem, mas, sabe que o PS ali hoje demonstrou que a tónica e a lógica da campanha eleitoral das próximas eleições autárquicas vão ser estas, de insinuação, de difamação e de mentira e sobretudo a de mal dizer.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, fez uma interpelação, e começou por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da



Assembleia Municipal de Caminha

Junta, ilustres Múnicipes e Comunicação Social, e disse que a Senhora Deputada Júlia Paula utilizou uma figura regimental desconhecida pelo Senhor Deputado, porque, o n.º 3 do art.º 22 do Regimento diz que “3. A cada grupo municipal caberá, se assim o entender, um período de 3 minutos para réplica política, no final da intervenção do Presidente de Câmara, o qual terá direito a tréplica por igual período” isto significa que a réplica é à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, não à intervenção dos Senhores Deputados, logo, aquilo que a Senhora Deputada Júlia Paula ali fez, foi fazer uma réplica à intervenção de uma Deputada Municipal, porém, a réplica é à intervenção do Senhor Presidente, não há intervenção de uma Deputada.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a inoportunidade do tempo, não lhe permitiu enquadrar devidamente o que se pretendia com a política de cimento que ali estavam a falar, pelo que não estavam a citar as obras por mero acaso, mas sim, no enquadramento global que vincula aquele que é o exercício autárquico no Município de Caminha à apreciação a partir das obras; e aquilo que pretendiam dizer é que existem muitas outras matérias bem mais importantes e de maior interesse para os múnicipes do Concelho de Caminha e que infelizmente não são tão valorizadas, principalmente no último ano de mandato, não só no mandato do atual executivo, como em mandatos anteriores, como por exemplo, as preocupações com o emprego, a segurança, a cultura, a proteção do património natural, a saúde, o apoio à infância, juventude e velhice, ou outras disponibilidades em termos educativos.

Disse ainda o Senhor Deputado em relação à apreciação feita pelo Senhor Vice-Presidente quanto ao que tem sido realizado no aproveitamento e na criação de corredores ordenados de fruição junto à costa, às vezes, mais é menos, e deve-se ter a serenidade e a capacidade para refletir um pouco mais aprofundadamente sobre isso. E mais é menos, porque ao se criarem condições de acessibilidade para zonas mais próximas da costa, para se poder passear e disfrutar junto ao mar, a verdade, é que também se está a massificar, e ao massificar-se as questões



Assembleia Municipal de Caminha

tornam-se cada vez mais graves, e com certeza que às vezes um pouco de calma e cautela relativamente a estas matérias, não fazem mal nenhum.

Disse ainda o Senhor Eleito Municipal que é extremamente importante que o Senhor Presidente tenha citado nos seus comentários e nas suas apreciações aquele que tem sido o contributo das associações, porque era também essa a tónica final que ali queria dar, estando certos que muitos dos eleitos municipais e representantes de freguesia, e mesmo o próprio executivo, acabariam por se aliar a esta tomada de posição por parte da CDU. E dizia o Senhor Deputado que através do Etnográfico felicita todo o movimento associativo a quem se deve a maior parte da atividade cultural, social, artística, desportiva e recreativa do concelho de Caminha. As associações são porta-estandarte do município de Caminha no país e além-fronteiras. É por vós que muitas das imagens do que somos e temos para oferecer, chega a gentes de outras terras, despertando nelas o interesse em nos visitar. É por vós que muito do dinamismo existe nas iniciativas municipais, desde a Mesa da Páscoa à Feira Medieval, dos concertos ao teatro, dos serviços de apoio e segurança.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, solicitou à mesa ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 25 do regimento, prestar um esclarecimento e disse à Senhora Deputada Júlia Paula Costa que tinha dito que não sabia a quem tinham levantado um processo, contudo, a Senhora Deputada passa esclarece-la, e disse que a líder do seu partido, PSD de Caminha, intentou um processo crime contra um militante do PS chamado Joaquim Rodrigues, para o calar. Disse ainda a Senhora Deputada relativamente aos outros, que se continuarem nesta senda, irão ali divulgar um a um, não nos deixamos intimidar, nem ninguém, pelo que, se alguém aqui faz intimidação e opressão não é certamente o PS.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa ao abrigo do art.º 25 do regimento no seguimento da intervenção que o Senhor Deputado Manuel Falcão ali acabou de fazer. E lembrou a Senhora Deputada que já no passado ela



Assembleia Municipal de Caminha

própria levantou esta questão, ou seja, que a alínea g) do n.º 1 do art.º 25 do regimento “prestar, formular ou responder a pedidos de esclarecimento”, não é muito clara, logo, as mesmas dúvidas impõe-se relativamente à questão que o Senhor Deputado Manuel Falcão colocou. Mas já no passado se usou várias vezes o exercício da réplica para dar respostas não só a intervenções do Senhor Presidente da Câmara, mas, também a intervenções de outros Senhores Deputados ali na Assembleia, e como várias vezes o Senhor Presidente da Assembleia o usou e permitiu esse precedente, logo, o seu entendimento foi esse, mas, compreende as dúvidas que coloca.

Disse a Senhora Deputada Júlia Paula que aquilo que a Senhora Deputada Paula Aldeia ali foi fazer, foi-lhe prestar um esclarecimento a propósito de ela lhe ter dito que não sabia de qual processo judicial falava, etc.. Ficou portanto claro que aquilo que a Senhora Deputada Paula Aldeia ali fez, foi misturar na sua intervenção um facto por si desconhecido que alguém exerceu em termos privados, ter reagido com um processo judicial, e a Senhora Deputada Paula Aldeia acha-se no direito de colar isso à sua imagem e aos 12 anos de exercício de mandato, e de colar essa situação privada e pessoal, e dizer que por causa disso todos somos iguais. Ficámos todos muito bem esclarecidos sobre o exercício da democracia da bancada do PS.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que face às réplicas cumpre-lhe ali dizer mais alguma coisa para poder complementar a sua intervenção inicial.

Quanto á intervenção do Senhor Deputado Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que fez justiça aquilo que tem acontecido nos últimos anos no Concelho, e de facto tem-se visto que as associações têm ganho um folego na sua própria atividade, na sua afirmação e na sua capacidade de trabalhar em conjunto que há muito não se via, e tem-se visto como Etnográfico de Vila Praia de Âncora, a Academia de Musica Fernandes Fão, as associações ligadas á Etnografia e ao folclore, a Banda de Lanhelas, a trabalhar em conjunto e a terem projetos em comum, e isso tem valorizado em muito o Concelho de Caminha, tanto a nível



Assembleia Municipal de Caminha

interno como externo, o que é salutar. Disse ainda o senhor Presidente que as associações desportivas hoje têm um papel fundamental na prática desportiva, mas, também na afirmação de uma nova forma de estar, e nas próprias famílias, uma forma mais ativa e saudável, e havendo uma conjugação das associações desportivas com as associações culturais de forma a criar eventos próprios que acabam por juntar energias de duas áreas que parecem distintas, mas, não o são, sublinha desta forma o Senhor Presidente esse trabalho e iniciativa. Disse também o Senhor Presidente que ainda hoje a Universidade Sénior de Caminha teve a oportunidade de juntar seis Universidades Seniores aqui no Concelho, foram cerca de 300 pessoas que aqui estiveram e em Vila Praia de Âncora num espetáculo, que serviu para se poder demonstrar o trabalho que se faz em conjunto com as Universidades Seniores, que é um espetáculo que conduz muito à coesão da comunidade, porque olha para uma fatia da nossa sociedade que nem sempre tem sido atendida, o que, valoriza a cultura, e valoriza a própria utilização do cineteatro de Vila Praia de Âncora, logo, é justa a menção que o Senhor Deputado conseguiu fazer entre uma parte e outra, embora não tenha conseguido acabar.

Por fim, disse o Senhor Presidente que gostava de dar por terminado este clima de intimidação que se tem verificado na Assembleia Municipal, o clima de perseguição que terá havido no Concelho de Caminha e que agora parece ressurgir. Mas, aquilo que o Senhor Presidente quer dizer que é importante que se tenha memória das coisas, porque, a memória é fundamental para se decidir aquilo que se quer fazer no passo seguinte do próprio futuro, e hoje, existe uma situação que é absolutamente clara relativamente às escolhas que se tem que fazer no dia 01 de outubro, e não vale a pena se andar com rodeios sobre essa matéria, e haverá pelo menos três forças políticas a tentarem passar a mensagem, sobre um projeto, sobre uma forma de estar, e sobre uma substancia de estar, mas, existe uma distinção grande entre aqueles que são candidatos do PS e do PSD, pode-se não gostar dos dois candidatos e dos dois projetos políticos, e aí, existe sempre a alternativa da CDU, mas, aquilo que é difícil de dizer é que haja uma igualdade nos projetos políticos, não gostar dos dois, mas, dizer que são iguais, isso não é



Assembleia Municipal de Caminha

possível, porque, existe uma coisa que aconteceu durante 12 anos na Câmara Municipal de Caminha de 2001/2013 que agora não acontece, nem acontecerá no próximo mandato, e o que aconteceu é uma distinção fundamental sobre uma forma de fazer política e também sobre aquilo que se quer ser enquanto comunidade, logo, aquilo que não acontecerá é serviços da Câmara Municipal onde assistentes operacionais só por serem militantes do PSD é que coordenam técnicos superiores, só por serem simpatizantes do PS, e isso aconteceu até 2013, mas, não acontecerá mais. Disse ainda o Senhor Presidente que agora os trabalhadores sabem que não são chamados ao gabinete do Presidente da Câmara, quando estão a conversar no Terreiro com alguém que não é militante ou simpatizante do PSD, isso já não acontece; agora não se pega em antigos Chefes de Divisão e se mandam para sótãos bolorentos, perdidos e sem condições, hoje os antigos Chefes de Divisão concorrem aos concursos, e, uns ganham outros não, mas, existem Chefes de Divisão que já o eram antes e existem outros que o deixaram de ser. Disse também o Senhor Presidente que hoje ninguém é humilhado na Câmara por pensar diferente ou por se ter colocado no lado oposto do entendimento político do Presidente da Câmara, ninguém chega, nem chegará depois do dia 01 de outubro ao seu gabinete com plástico preto e ser apontado perante todos os colegas da Câmara pelo facto de ter traído alguém que é Presidente da Câmara, só porque, pensou diferente do Presidente da Câmara, isso acontecia com a Dr.^a Júlia Paula Costa, mas, com ele, isso não acontece, e ainda tem uma coisa boa, é que não vai haver processos judiciais sobre despedimentos ilícitos como houve no passado, e que todos tiveram que pagar do seu bolso. Também disse o Senhor Presidente que hoje a nenhum funcionário da Câmara é mandado limpar o Camarido, só porque lhe apetece e mesmo um funcionário da Câmara mesmo que tenha uma doença, ou seja, insulina independente, como já houve, é mandado para o Camarido apanhar gravanha, isso também não acontece, sendo um funcionário que é familiar de um Presidente de Junta do PSD, que hoje ali não está presente. Finalmente, o Senhor Presidente, garante que até dia 01 de outubro, qualquer um dos candidatos à Câmara que queira visitar os estaleiros



Assembleia Municipal de Caminha

municipais, como por exemplo a Dr.^a Júlia Paula, pode visitar os estaleiros que não vai ser escorçada por nenhum capanga da Câmara ,e mais , pode lá ir, não precisa de marcar, vá falar com os trabalhadores da Câmara e dar conta daquilo que é o seu projeto político, que será certamente bem recebida, ninguém a vai escorçar como ele foi escorçado meia dúzia de dias antes de ganhar as eleições ao PSD.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, solicita um pedido de esclarecimento à mesa no sentido de saber qual foi o sentido da tréplica do Senhor Presidente, uma vez que considera que o Senhor Presidente ali acabou de fazer, foi um exercício de pura campanha eleitoral, não uma resposta ou esclarecimento sobre nenhuma intervenção de nenhum Deputado Municipal. Mais estranha que Senhor Presidente da Mesa deixasse que o Senhor Presidente da Câmara ali fizesse um autêntico exercício de campanha eleitoral. Ainda não nos encontramos em tempo de campanha eleitoral e não é o local próprio. Estamos na Assembleia Municipal e ela não teve o mesmo direito, nem o mesmo tempo, se o tivesse, como é natural teria respostas para dar ao Senhor Presidente, sobretudo sobre aquilo que ali ele disse e que não é verdade, mas, como não está em campanha eleitoral, este não é o tempo, nem o momento, nem a agenda. Considera que o Senhor Presidente, como Presidente desta Assembleia, com todo o respeito, deveria ter-se teria pautado pela isenção e não permitir que a Assembleia servisse para campanha eleitoral porque o Senhor Presidente não foi dar resposta a nenhuma réplica daquilo que ali foi dito, foi um exercício de plena campanha autárquica.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que não é o seu hábito retirar a palavra a ninguém, mas, noto que a esse tempo acrescerá um período de 15 minutos para eventual resposta às intervenções dos grupos municipais, efetuadas nos termos do nº 3 do art.22º, o que dá para tudo Senhora Deputada, e foi isto que foi aprovado, e está mais ou menos como o Regimento que vigorou durante doze anos.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado José Luis de Lima**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que o Senhor Presidente diz, contradiz-se, e que existem pessoas, que parece que foram formatados para falar, ou seja, falam por falar, isto não quer dizer que esteja a chamar ao Senhor Presidente um objeto formatado, e aquilo que o Senhor Deputado quer referir é que falam em associações, inclusive o Senhor Presidente admite que existe muita cooperação entre associações recreativas e desportivas, mas, no entanto na página 12 da informação que remeteu a todos os membros diz; “Os sócios de clubes e associações desportivas do concelho de Caminha poderão usufruir de um desconto de 50% da tarifa de utilização das Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora. Esta é uma medida de apoio aos clubes e associações, mas que pretende também incentivar a prática desportiva e promover hábitos mais saudáveis. A solicitação do desconto partiu do Âncora Praia Futebol Clube, mas o Executivo decidiu alargar a medida a todos os sócios de clubes e associações desportivas do concelho, que terão agora de fazer os respetivos pedidos,” desse modo, pergunta o Senhor Deputado se as associações não são todas iguais.

Quanto ao Rally, disse o Senhor Deputado que como todos sabem é um fã incondicional de Rally, e menciona mais uma vez que na informação que recebeu por parte do Senhor Presidente que; “A edição 2016 do Rally de Portugal assegurou ao concelho de Caminha um retorno económico direto entre os



Assembleia Municipal de Caminha

3.101.227 euros e 3.440.158 euros “, o que parece ao Senhor Deputados números exageradíssimos, mas, como este estudo não foi a Câmara Municipal que fez, coloca em duvida. Disse ainda o Senhor Deputado que ali tinha sido dito que foi este executivo que trouxe o Rally, mas, sejam sérios, e pergunta como é que outro o executivo podia trazer o Rally se ele andava no Algarve, tinham que ser muito bons para conseguir esta proeza.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que sobre a situação financeira da Câmara Municipal de Caminha, está assustado, porque, neste momento existem dividas a mais de 60 dias de seis milhões e cento e dez mil euros, e 2013 existia uma divida de um milhão duzentos e sessenta e seis mil euros, mas, existia uma disponibilidade de tesouraria de três milhões cento e oitenta e um mil euros, ou seja, dava para pagar a divida e ainda se ficava com disponibilidade; hoje este executivo tem uma divida de seis milhões e cento e dez mil euros e só tem de disponibilidade financeira de nove mil novecentos e setenta e três mil euros, e isto, assusta, porque os fornecedores não estão a ser pagos. Disse ainda o Senhor Deputado que o assusta particularmente, porque hoje encontramos-nos com uma divida de seis milhões e cento e dez mil euros e na Assembleia Municipal anterior tinha-se uma divida de cinco milhões e setenta e quatro mil euros, ou seja, em dois meses a divida a 60 dias passou de cinco milhões para seis milhões, e porquê? pergunta o Senhor Deputado como este executivo a partir de 2014 perdeu a mão aos pagamentos, ás dividas, e estas tem vindo a subir constantemente, ou seja, em 2013 era de um milhão duzentos e sessenta e seis mil euros; em abril de 2014 era de um milhão e oitocentos mil euros; em abril de 2015 era de três milhões e duzentos mil euros; em abril de 2016 era de três milhões e quatrocentos mil euros e hoje com seis milhões e cento e dez mil euros, e com um prazo de pagamento de quase 6 meses, ou seja, quem hoje prestar um serviço à Câmara no minino fica 6 meses à espera do pagamento e se o receber, porque com o acumulado de a informação financeira da Assembleia anterior para a de hoje em que se passou de cinco milhões para seis milhões e cento e dez mil, depreende que o pagamentos



Assembleia Municipal de Caminha

sejam mínimos, isto é, a Câmara está a guardar dinheiro para quê, não faz pagamento porquê, será, porque se está a aproximar a campanha eleitoral e é preciso dinheiro para a campanha eleitoral, pergunta o Senhor Deputado, e deixa esta pergunta para que possam refletir no sossego do vosso lar.

O **Senhor Deputado José Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Este executivo liderado pelo Presidente Miguel Alves fez e está a fazer obra em Vila Praia de Âncora.

Este executivo está a fazer um trabalho estrutural, sereno e muito eficaz em Vila Praia de Âncora nos últimos três anos, senão vejamos:

Investimento de mais de 400 mil euros no alargamento do saneamento, na reparação de anomalias da rede ou no aperfeiçoamento de estações elevatórias, beneficiando também freguesias vizinhas. Relembro que quando o executivo liderado por Miguel Alves tomou posse a estrada nacional 305 estava destruída, esventrada, sem solução em toda aquela reta da Baralha. Essa questão foi resolvida.

Relembro também que este executivo liderado por Miguel Alves em conjunto com a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora avançou com o alargamento e pavimentação da Rua do Outeiro Negro, com a beneficiação da Rua da Lomba, com a reposição de cubo na Rua António Ramos, com a construção de muros e passeios na Rua da Valada, com o alargamento da Rua da Presa e a infraestruturização e repavimentação da Travessa do Mercado.

Além disso, esta Câmara Municipal liderada por Miguel Alves avançou com a pavimentação da Rua Padre Lima, Rua dos Pereiros e Rua Ferreira de Castro, bem como com a repavimentação do cruzamento da Rua de Vilarinho, ou outras obras que parecendo menores são fundamentais para as pessoas e o comércio,



Assembleia Municipal de Caminha

como a requalificação da iluminação pública, a modernização de toda a sinalética e a reabilitação de ecopontos subterrâneos ou módulos de recolha.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Vila Praia vive, para além destas obras, um fulgor de investimento importante:

Este executivo liderado por Miguel Alves recuperou a bandeira azul na Praia das Crianças que o Município já tinha desistido de candidatar, aguentando intempéries e investindo na requalificação das margens do rio e na abertura do canal que o leva até à foz. Mais de 1 milhão de euros foi ali investido com o apoio da Pólis Litoral Norte e do Governo;

Foi requalificada uma das entradas principais da vila a norte, no local denominado Cruz Velha, tornando o acesso à praia e à zona comercial mais agradável, neste caso também com o contributo da Junta de Freguesia na colocação de um monumento de homenagem aos bombeiros;

Este executivo liderado por Miguel Alves tornou possível a recuperação do Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, encerrado durante mais de uma década, que já abriu e apresenta uma programação cultural atualizada e de alto nível, servindo as pessoas e as nossas associações;

Com a ajuda da população que se mobilizou através do Orçamento Participativo, está a ser recuperada a zona envolvente do Dólmen da Barrosa, depois de resolvidos litígios judiciais do passado, também por este executivo liderado por Miguel Alves;

Está em curso a construção da ecovia junto ao mar que vai ligar a zona norte da vila à capela de Santo Isidoro e, por isso, a Moledo, e antes do verão será iniciada a ligação a sul que permitirá o atravessamento do rio Âncora através de uma nova ponte pedonal e a ligação á Mata da Gelfa;

Quero ainda salientar outras duas obras que têm um impacto maior do que se imagina e que representam investimento privado e público direto em Vila Praia de Âncora, e não só. Estou a falar da obra que levará o Gás Natural até 4 freguesias do concelho de Caminha, nesta primeira fase, e que em Vila Praia de Âncora servirá centenas de famílias e milhares de pessoas. Estamos a falar de um



Assembleia Municipal de Caminha

investimento de 3 milhões de euros que decorre da capacidade de diálogo e de persuasão do atual executivo e que, apesar dos constrangimentos, trará modernidade e preços de energia mais baratos à nossa terra. Refira-se também o investimento que tem vindo a ser feito pelas Infraestruturas de Portugal junto das nossas pontes e viadutos. Sob o rio Âncora ou no Nó da Erva Verde estamos a falar de um avultado investimento que há muito era reclamado por razões de segurança e de bom uso. Sei que estes investimentos costumam estar ausentes do discurso da oposição, mas estão aí para todos verem e para usufruto das pessoas. Relembro aqui também o diálogo que permitiu a abertura, há menos de um ano, do ensino secundário público em Vila Praia de Âncora e a realização de obras na escola;

O lançamento do concurso de empreitada que tornará possível, num investimento de meio milhão de euros, a passagem inferior pedonal na Travessa do Teatro há tanto reclamada pela população;

A requalificação do Nó da Erva Verde no coração nevrálgico de Vila Praia de Âncora, uma obra de grande envergadura que configura um investimento de 600 mil euros, o maior investimento feito pelo Município de Caminha nos últimos anos, um investimento que não tem apoios comunitários mas que tem o apoio inequívoco de Vila Praia de Âncora, o apoio de todos os moradores das redondezas mas também de todos aqueles que, longe do local padecem do deficiente escoamento de águas pluviais, o apoio do comércio que terá novas bolsas de estacionamento, o apoio de quem entende a importância de uma obra que elimina o conflito existente entre a rua Miguel Bombarda, a rua Lourenço da Rocha e a Estrada Nacional n.º 13.

Senhor Presidente,

Permito-me terminar este elenco de obras em Vila Praia de Âncora por uma singular vitória do nosso povo. Há cerca de 2 meses tomamos conhecimento de que o balcão da Caixa Geral de Depósitos da vila iria fechar. Um erro, na nossa perspetiva, que iria penalizar parte importante da população de todo o Vale do Âncora. Vimos e lemos de tudo: insultos à Administração da Caixa Geral de



Assembleia Municipal de Caminha

Depósitos, ataques demagógicos ao Governo e críticas ao próprio Presidente da Câmara. Houve, no entanto, quem conseguisse deixar de lado a politiquice. Em primeiro lugar, a população que de forma educada e urbana souberam unir-se no essencial ao lado do Município para reclamar contra o possível encerramento do balcão mas, em particular, o Senhor Presidente de Câmara, que soube fazer ouvidos moucos aqueles que preferem o bota-abaixo às soluções para fazer uso da sua capacidade de diálogo, de negociação e, como bem disse o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, de influência junto da Administração da caixa, para impedir que o balcão de Vila Praia de Âncora encerrasse. Em nome da população muito obrigado. Não é à toa que Vila Praia foi a única agência do norte do país que saiu da primeira lista de encerramentos e eu quero agradecer-lhe o modo sereno como soube defender os nossos interesses e as nossas pessoas.”

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Venho aqui falar-vos de três conceitos: Estratégia, Notoriedade e Projeção.

O documento que nos é aqui apresentado pelo executivo, liderado por Miguel Alves, reflete bem estes três conceitos que aqui enuncio.

Durante 12 anos de gestão social-democrata no nosso concelho, a nossa terra estagnou. Estagnou no turismo, estagnou na economia, estagnou na sua notoriedade. Poderíamos dizer que foi uma década perdida para o concelho de Caminha.

Não obstante toda esta fatalidade, somos obrigados a dar os parabéns ao atual Presidente de Câmara e à sua equipa.

Em apenas três anos e meio, todos bem vemos o desenvolvimento do concelho (com empresas a abrir, com novo comércio a surgir, com a hotelaria a ter ganhos únicos, com o emprego a crescer, com a melhoria de condições de vida dadas aos



Assembleia Municipal de Caminha

nossos munícipes), todos bem vemos a projeção local, distrital, nacional e internacional que o nosso concelho tem tido neste mandato.

Enquanto uns menosprezam a comunicação, o diálogo, e a projeção do nosso concelho, o Executivo socialista faz questão de colocar Caminha no centro das atenções. Só assim, conseguiremos recolocar o concelho no patamar que ele merece, no patamar da excelência.

Miguel Alves é um verdadeiro político na defesa do nosso Concelho - e aqui utilizo a palavra "político" no seu sentido mais histórico, como o homem que defende incondicionalmente a sua polis, o seu território, as suas gentes. Contraventos e marés, contra adversidades, contra angústias, a verdade é que, a sua perseverança e o seu espírito de nunca desistir da estratégia traçada, tem demonstrado os seus frutos.

Vejamos, em curtos exemplos:

Na quarta-feira passa fomos apresentados com uma notícia do Jornal Expresso que referia que Caminha está entre os concelhos do país com maior recuperação de preços no imobiliário.

Dos 308 municípios, Caminha encontra-se em 172 lugar no ranking. Na lista apresentada, o Norte apenas surge representado, além de Caminha, pelo Porto e Braga.

Mais uma vez, estes números bem demonstram que a estratégia do Executivo está no rumo certo.

No que diz respeito ao Turismo, todos nós constatamos que a nossa terra tem acolhido mais turistas do que era habitual. Os hotéis frequentemente lotados, os restaurantes com salas cheias, faz com que o nosso Concelho seja apetecível a investimentos nessas áreas (como é o caso da recente inaugurada Azenha do Tio Luis - Turismo Rural, em Vila r de Mouros).

A preferência dos turistas portugueses e estrangeiros na escolha do nosso concelho como destino turístico é evidente. Foram contabilizadas, por visitarem os postos de turismo, 36.346 pessoas, mais 3.008 do que em 2015.



Assembleia Municipal de Caminha

Este aumento de visitantes representa uma subida da procura de 9%, o que significa que o concelho está a recuperar o seu prestígio e que o município de Caminha está a conseguir projetar o concelho pelo mundo.

Estes números traduzem a aposta do executivo em fazer da marca Caminha uma referência, capaz de colocar o concelho nos roteiros nacionais e internacionais, durante todo o ano. Prestigiar a nossa terra, as nossas gentes, a nossa cultura e gastronomia. Esta é a aposta estratégica deste executivo socialista.

O Caminha Doce teve este ano a melhor edição de sempre, com milhares de visitantes que conheceram o concelho, que conheceram a nossa doçaria, que conheceram o nosso Carnaval.

Sim, também o número de participantes este ano, no Carnaval em Caminha, foi o mais elevado de sempre, com grupos locais e estrangeiros que nos animaram e fizeram com que Caminha vivesse o espírito carnavalesco de forma única. Por muitos, este nosso Carnaval, é já considerado um dos melhores de todo o norte do país.

O fulgor e a vivacidade do nosso concelho são fator de atratividade de investimento privado. Investimento que temos vindo a observar ser cada vez maior e com mais qualidade.

Por isso, no início da minha intervenção falei-vos em 3 conceitos:

Estratégia, Notoriedade e Projeção.

Estratégia - em valorizar o nosso território dotando-o de infraestruturas essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e dos turistas que nos visitam;

Notoriedade - em qualificar cada vez mais os nossos eventos, valorizando o que de melhor temos para oferecer, por forma a sermos reconhecidos como uma terra aprazível, simpática e acolhedora;

Projeção - em divulgarmos o nome do nosso concelho aquém e além-fronteiras. Colocando Caminha no mapa dos destinos com oferta turística de excelência, fazendo da nossa terra uma marca única.



Assembleia Municipal de Caminha

Caras e Caros Munícipes, não é difícil, não é mesmo nada difícil, apoiar este executivo na liderança dos destinos do nosso Concelho.

Temos mais obra, temos mais emprego, temos mais economia, temos um melhor Concelho!”

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse quanto à intervenção do Senhor Membro José Luis de Lima que é verdade que a Câmara Municipal entendeu conceder às associações desportivas de poderem usufruir das Piscinas Municipais com desconto, logo, julga o Senhor Presidente que esta não é uma crítica desfavorável, mas sim, uma boa medida, e esta é uma medida tomada por este executivo e merece o elogio do Senhor Deputado, mas, também refere o Senhor Presidente que as associações não são todas iguais, as associações são diferentes, tem objetivos e objetos diferentes, logo, são diferentes. Disse ainda o Senhor Presidente que as IPSS têm um desconto total de isenção de pagamento de água e saneamento, pois esta é uma forma de apoio às IPSS, o qual só acontece para as IPSS. Neste caso em particular estando em causa a pratica na piscina e vida saudável, entendeu este executivo que se deveria dar este desconto aos clubes desportivos, noutra momento poderão surgir outros tipos de apoios, outros tipos de descontos, como existem para as associações humanitárias e que poderão surgir para as associações culturais conforme o seu objeto e conforme a sua atividade recebe diferentes apoios e nem por isso se deve sistematizar e entregar a todos de igual forma, sendo diferentes. Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que lhe custou em compreender a questão que colocou sobre o Rally, referindo que quer o Senhor Deputado contestar que foi este executivo quem trouxe o Rally de Portugal para Concelho de Caminha, parece-lhe um pouco excessivo, apesar de já se ter percebido a tese de tudo que acontece de bem, que vá ali alguém da bancada do PSD dizer bem do Rally, essa seria uma novidade interessante, mas, nem tudo que acontece de bem nasceu no anterior executivo, existem medidas que foram tomadas por este executivo, e foi este executivo que trouxe o Rally de Portugal, e não é por causa do Algarve é que o norte é muito



Assembleia Municipal de Caminha

grande e o Rally podia ter ido para os Arcos, Ponte da Barca ou Trás os Montes, mas, veio para Caminha, porque a Câmara quis e se mexeu e sem qualquer tipo de apoio por parte do PSD, porque foi sempre contra o Rally de Portugal e é contra a realização do Rally de Portugal aqui no Concelho de Caminha, mas, se o Senhor Deputado não concorda com esse posicionamento do PSD ou se tem esse estado d'alma, tem que tentar mudar a opinião dos seus colegas ou afastar-se dos seus colegas e estar com a Câmara Municipal, e não deixa de ser bem acolhido neste lado do debate político. Mas, para que sejamos claros foi este executivo com a sua coação política que trouxe o Rally de Portugal, quantos aos números tem que contestar com a Universidade do Algarve, e confessa o Senhor Presidente que não tem cacifo para contestar a opinião e o parecer da Universidade do Algarve que fez um estudo sobre o impacto do Rally, pelo que, deixa essa matéria à consideração do Senhor Deputado.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Lages, disse o Senhor Presidente que se tratou de uma intervenção que deve ser sublinhada e de não ser esquecida, porque, aquilo que está a acontecer no Concelho de Caminha a nível do desenvolvimento, do turismo, e da indústria do turismo, a qual é uma das indústrias mais forte do nosso País e é aquela que tem puxado pela economia num momento muito complicado para todos nós, aqui no concelho de Caminha tem que ser valorizado, e só mesmo aquele cego que não quer ver é que não percebe o movimento que está a acontecer no nosso Concelho. Disse ainda o Senhor Presidente que está a descer a taxa do número de desempregados no Concelho, sendo que, nos últimos 4 anos desceu 40%, muito em função destas pequenas e micro empresas que vão aparecendo; os hotéis estão com as taxas de ocupação elevadíssimas, os nossos restaurantes e comércio, consegue sobreviver através de uma política de comunicação e de ação muito eficaz, por parte do Município, mas também por parte dos privados, das associações como ali foi referido, da capacidade de todos melhorarem a ação política e ação de divulgação do Município de Caminha, e isso também nem sempre foi bem compreendido, ou seja, durante muito tempo diziam que era excessivo aquilo que o Município gastava com



Assembleia Municipal de Caminha

comunicação, mas a comunicação é fundamental para se poder dizer o que temos e o que queremos e o que se faz para trazer gente para o Concelho de Caminha, e felizmente que os números começam a aparecer, e quando o INE diz que o números de dormidas no Concelho de Caminha subiu 35% em 2015, que nos aproximamos das 67 mil dormidas, num Concelho como o nosso, com a nossa hotelaria, com o nosso número de camas, houve 67 mil dormidas em 2015 que passou a ser o segundo Município do Alto Minho com mais dormidas, logo, isto deve deixar todos muito felizes, mas, é claro que a alguns não deixa felizes, mas, esses são aqueles que durante estes três anos e meio andaram a perorar contra a estratégia da Câmara Municipal e agora tem que dizer humildemente que o executivo e o Município tinham razão, e existe esta nota final que foi dada pelo jornal Expresso, mas, não foi o Expresso nem o jornalista; o Expresso reuniu opinião das imobiliárias de todo o País, estabeleceu um ranking sobre aqueles Municípios que melhor estão a sair da crise imobiliária e melhor resistiram às dificuldades da crise imobiliária e apresentam um gráfico de 18 Concelhos de todo o País de 308 Concelhos, e nesse gráfico aparecem 11 Municípios do Algarve, que estão naturalmente a sair bem da crise imobiliária, Lisboa, Porto, Braga, Cascais e Oeiras e também Caminha, isto tem que nos deixar honrados, pelo esforço que as empresas estão a fazer, que a construção civil está a fazer, que o Município está a fazer, logo, é importante que se possa saudar esta vertente. Disse ainda o Senhor Presidente que saúda ali a última unidade hoteleira que abriu no Concelho de Caminha em Vilar de Mouros numa praia que foi requalificada em conjunto com a Junta de Freguesia, uma unidade hoteleira de pequena dimensão, mas, que prestigia o Concelho e a Freguesia de Vilar de Mouros, e que recuperou um espaço do nosso imaginário que são as Azenhas de Vilar de Mouros. Disse também o Senhor Presidente que aquilo que o deixa satisfeito enquanto autarca e depositário da confiança dos munícipes de Caminha, é ouvir o proprietário deste empreendimento, aquele que investiu mais de um milhão de euros a recuperar aquelas azenhas, dizer, Senhor Presidente da Câmara em 2013 quando o Senhor chegou à Câmara já andava há 8 anos na Câmara de Caminha para resolver o



Assembleia Municipal de Caminha

problema do licenciamento das obras das Azenhas. O Senhor Presidente chegou e em 6 meses tinha o alvará de construção destas Azenhas e isso é que deixa este executivo satisfeito, porque, quer dizer que está a cumprir com o seu trabalho e dever.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Gaspar Pereira, disse o Senhor Presidente que aquilo que o Senhor Deputado ali disse sobre o trabalho que se tem feito em Vila Praia de Âncora em conjunto com as associações, com a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, pois, este é um trabalho muito meritório, um trabalho talvez não tão visível como o Portinho de Mar, que bem elencou ali o Senhor Deputado Celestino Ribeiro que durante algum tempo era de todos, quando verdadeiramente não era de ninguém, e agora todos o põe de parte, porque existem de facto problemas graves em toda aquela zona portuária, que muito dificilmente serão resolúveis. Disse também o Senhor Presidente que na verdade o executivo está a fazer aquilo que se impõe, investimento cirúrgico, trabalhar para resolver o problema das pessoas, colaborar com a Associação Humanitária dos Bombeiros para recuperar o Cineteatro que durante 10 anos, esteve fechado e abandonado; poder-se fazer obras importantes como a obra do Nó da Erva Verde, que vai beneficiar não só a dinâmica local, como a questão das condutas da água, das inundações de toda a tramitação sobre drenagem de águas daquela zona; trabalhar para se recuperar a bandeira azul, esta que durante os últimos dois anos tem sido atribuída a Vila Praia de Âncora, e que durante os últimos dois anos tem permitido ao Concelho de Caminha, como nunca aconteceu anteriormente, ter quatro bandeiras azuis, nas suas quatro praias marítimas; um trabalho que permite qualificar a zona da Cruz Velha, uma obra que tem a sua importância, não tanto por aquilo que se vê, mas, por aquilo que não se vê, e neste momento está-se a espera dos projetos serem elencados para se poder intervir na Sandia, outra zona esquecida durante muitos anos, e de se poder resolver um problema muito antigo, pois trata-se da drenagem de águas que vem da A28 e que está em vias de poder encontrar a solução, pelo que, nas próximas semanas o executivo vai poder apresentar à população aquela que é a solução, que já vinha sendo debatida e que



Assembleia Municipal de Caminha

o anterior executivo desistiu de encontrar essa mesma solução, que tem a ver com se recolher as águas no topo da A28.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, disse o Senhor Presidente que o Senhor Deputado está muito assustado com a situação financeira, mas, assustado ficou o Senhor Presidente quando chegou à Câmara e se apercebeu da verdadeira situação financeira da Câmara, ou seja, a situação financeira da Câmara desde o primeiro dia que é difícil, completamente desequilibrada, trata-se de um problema que se vai ter que resolver durante muitos anos. Disse o Senhor Presidente que quando chegou à Câmara ficou assustado, porque, percebeu que toda aquela saúde financeira derivava de mais de 13.7 milhões de euros, que desde 2004 tinham sido pedidos ao banco e que tinham que ser pagos, e este executivo perante esta herança, aquilo que já fez foi pagar 3.9 milhões de euros à banca durante este mandato, descendo já em 44% a dívida bancária que tinha herdado, isto sim, é que é honrar e resolver os problemas, porque, o Senhor Deputado Rui Taxa diz que não compreende como existem estes valores, e ainda diz mais o Senhor Presidente que se a Câmara não faz nada, não tem obra, se não paga aos fornecedores como tem esta dívida!, é fácil de explicar, é que esta dívida decorre muito de médio e longo prazo que ali referiu, mas, também decorre de outros fatores como por exemplo de 2.8 milhões de euros que este executivo teve que pagar durante estes três anos de água, que não foi paga no passado e que agora está em acordos de dívida que tem que ser honrados, e porque este executivo tem uma PPP ruínoza, que ninguém compreende, uma PPP que permitiu fazer as piscinas, mas como eram tão ricos, cheios de milhões no banco, ninguém compreende que tendo três milhões no banco, que para fazer umas piscinas de 5 milhões de euros tiveram que fazer um acordo para pagar 19 milhões de euros, ainda hoje estão para compreender com a capacidade financeira e o fulgor que a Câmara tinha para poder contrair um empréstimo ou pagar em pronto foi fazer um negócio, que para fazer umas piscinas de 5 milhões de euros, tiveram que fazer um acordo onde cediam os terrenos do Largo Calouste Gulbenkian e do Largo Fetal Carneiro em Caminha, que não são de Caminha, são



Assembleia Municipal de Caminha

da PPP o direito de superfície, e ainda se vai ter que pagar até 2033, 19 milhões de euros, por umas piscinas que custaram 5 milhões de euros, e este é que é o problema, que se tem que resolver, porque se não fosse assim, e para recordar aqueles que acham que este executivo é gastador, a média da despesa dos últimos 5 anos do anterior executivo foi de 18.2 milhões de euros por ano, este executivo nestes três anos gastou em média 16.6 milhões de euros por ano, e pergunta o Senhor Presidente se este executivo é que é gastador, não existe na Câmara Municipal um saco de dinheiro que esteja fechado e que possa ser utilizado, isso já aconteceu, agora isso não existe, logo, existem dificuldades financeiras, e tem que ser encaradas de frente. Disse ainda o Senhor Presidente que este executivo não teve aquilo que o anterior executivo teve, como por exemplo 800 mil euros de receita extraordinária pela venda de infraestruturas de água; 3.5 milhões de euros da venda de participação eólica que entrou nos cofres do anterior executivo e deixou o Município de Caminha sem esta participação na venda das eólicas, será caso para dizer, para onde foi este dinheiro e mais se pergunta se se entender que contraiu esse executivo um empréstimo de 2.5 milhões de euros para pagamento a fornecedores, que só termina em 2019 e que este executivo já teve que pagar 800 mil euros, e finalmente em 2012 contraiu um empréstimo PAEL por ter reconhecido de corda ao pescoço que estava com incapacidade de pagar aos fornecedores, onde contraiu um empréstimo de 2.2 milhões de euros, dos quais não pagou praticamente nada e que este executivo já teve que pagar 550 mil euros, portanto, este é o problema da Câmara Municipal. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que o executivo está a fazer é contrair ao máximo na despesa, sem prejudicar a atividade da Câmara, ou seja, não se pode dizer ao Senhores Presidentes de Junta que o executivo lhes vai cortar metade daquilo que dá, assim como, não se pode dizer as associações que se vai deixar de apoiar durante dois anos para pagar estas dividas, ou, à banca que se vai deixar de pagar, mas, este executivo vai continuar a trabalhar para resolver os problemas que são graves e que se vão manter sobre os próximos anos sobre a situação financeira da Câmara. Disse também o Senhor Presidente que aquilo que



Assembleia Municipal de Caminha

aconteceu quanto à situação da Caixa Geral de Depósitos de Vila Praia de Âncora deve merecer a reflexão de todos, porque tem a ver com uma forma de atuar que é completamente distinta de uma forma de fazer política que parece ter muitos resultados imediatos, porque se grita mais alto, ou se insulta mais, mas, depois os problemas não se resolvem, e esse filme já foi visto a propósito da travessa teatro, cortou-se relações com a REFER, não havia soluções, logo, houve que fazer um novo trabalho e foi-se bater à porta da REFER e dizer que era o Município de Caminha, que era outro executivo e que queria dialogar, e agora a solução está aí. Disse o Senhor Presidente que com a Caixa Geral de Depósitos foi a mesma solução, mas, foi particularmente difícil, porque a medida que foi anunciada e tornada pública era uma medida que parecia ser para aplicar tendo em conta os critérios economicistas Caixa Geral de Depósitos, gerida por um Conselho de Administração que ainda por cima não tem qualquer tipo de intendência da parte do Governo, como ficou demonstrado pelas declarações do Primeiro Ministro a propósito dessa matéria, e foi preciso convencer as pessoas que lideravam este processo; e havia duas maneiras de convencer as pessoas que lideravam este processo, uma delas seria insultando-as, e aconteceu; outra, seria tentar dialogar demonstrar aquilo que era preciso fazer, perceberem como funciona o nosso território e quais as eram as necessidades, e foi isso que se fez. Disse ainda o Senhor Presidente que durante algum tempo o executivo esteve em silêncio, até com alguma penalização pública, porque enquanto uns se ufanavam a fazer diatribes e a tentar chamar a si o próprio protagonismo de um combate que estava condenado ao fracasso, outros, este executivo tentou em silêncio resolver o problema, escrevendo os argumentos, encontrando o Conselho de Administração e demonstrando aquilo que era essencial, que o balcão da Caixa Geral de Depósitos de Vila Praia de Âncora distinguia-se dos outros e não podia encerrar, e aquilo que aconteceu felizmente é que se venceu, e venceram todos e o balcão da Caixa Geral de Depósitos de Vila Praia de Âncora não fechou, e foi o único que se encontrava na lista a norte de Aveiro que não fechou, mas, isto deve-se poder explicar a muita gente que se houver a capacidade para dialogar, para



Assembleia Municipal de Caminha

racionalmente apresentar argumentos, e se ter a serenidade para fazer valer a opinião, e se houver a capacidade de se permanecer juntos, mesmo, quando as vezes os que estão perto nos mordem, certamente que vai haver capacidade para se conseguir boas coisas para o nosso Concelho, e a questão da Caixa Geral de Depósitos é uma grande vitória de toda a população de Vila Praia de Âncora e do Vale do Âncora, mas, também uma vitória da sensatez, do dialogo e da negociação.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez interpelação à mesa e disse ao Senhor Presidente da Mesa, que esta prende-se com as regras do uso da palavra no final do período de antes da ordem do dia, e referiu o Senhor Deputado que ficou um pouco confuso quando concedeu 15 minutos para tréplica ao Senhor Presidente da Câmara, e que após ter consultado o regimento no art.º 23, ainda ficou mais confuso, por isso pede esclarecimento à Mesa. Leu então o n.º 1 desse artigo que diz que, “A palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal, no final do período “de antes da ordem do dia”, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, dispondo de 30 minutos para o efeito. A esse tempo acrescerá um período de 15 minutos para eventual resposta às intervenções dos grupos municipais, efetuadas nos termos do nº 3 do art.22º.” Leu ainda o nº3 do art.22º onde se refere que, “A cada grupo municipal caberá, se assim o entender, um período de 3 minutos para réplica política, no final da intervenção do Presidente de Câmara, o qual terá direito a tréplica por igual período.” Concluiu solicitando esclarecimento ao Senhor Presidente da Mesa, não para a sessão de hoje mas para a próxima reunião da Assembleia, sobre se são os 3 minutos ou os 15 minutos, pelo que fica este pedido de esclarecimento, porém, disse, nada se opõe a que o Senhor Presidente da Câmara possa falar os 15 minutos.”

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 17 de fevereiro 2017



Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 17 de fevereiro 2017**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez umas pequenas alterações à sua intervenção da página 71, as quais foram consideradas e alteradas.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções por não terem estado presentes.

c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de abril de dois mil e dezassete, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2016**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2016”.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

“No passado ano de dois mil e quinze, os deputados do PSD foram confrontados com um documento de prestação de contas de 2016- que seria tudo menos aquilo que lhes foi prometido vir a acontecer, pois o executivo da Câmara Municipal garantia que iriam fazer mais e melhor e com menos.

Ao fim de dois anos decorridos, seria expectável que a tão propalada eficácia de gestão desse os seus frutos.

A forma convicta como o executivo camarário defendeu os seus Planos de Atividades e Orçamentos, 2014, 2015 e 2016, faria supor que qualquer desvio orçamental seria prontamente corrigido e os resultados anuais seriam positivos.

Estávamos certos quanto às nossas manifestas preocupações. Vexas. estavam a levar-nos a um descalabro financeiro.

E por assim ter acontecido, é que os orçamentos por. Vexas elaborados, se revelaram errados. Os prejuízos anuais dos anos de 2014, de 1,7 milhões, 2015 de 1,6 milhões, e 2016 de cerca de 993 mil euros, são infelizmente a prova de que os deputados do PSD tinham razão.

Os vossos orçamentos eram mal efetuados e os resultados falam por si.

Infelizmente, sempre negativos!

Aliás. Vexas até se esqueceram das informações financeiras anexas aos relatórios de contas, elaboradas pelos serviços e assinadas pelo punho do Senhor Presidente da Câmara, que retratam a verdade das dívidas a fornecedores, e das disponibilidades financeiras naquelas datas.

Mas porque as contas do ano de 2016 não se podem dissociar da leitura que fazemos das contas de 2013, 2014 e 2015, as informações financeiras provam que a gestão do PSD estava no bom caminho, ao contrário do que alguns fizeram crer. O mapa, devidamente atualizado com a informação financeira de 13 de abril de 2017, diz-nos, que algo de medonho e assustador se passa na Câmara Municipal de Caminha.

A fazer fé nos documentos que nos fizeram chegar a esta assembleia, os valores depositados na banca, reduziram ao mínimo, e as dívidas a fornecedores aumentaram assustadoramente!



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegou a hora do executivo municipal, falar verdade a esta assembleia sobre o sufoco que é gerir uma tesouraria sem dinheiro, para pagar a tantos credores.

Mas se dúvidas houvessem sobre a crueza dos maus resultados, bastaria ver a execução do PPI de 2016, que foi de 1 milhão de euros, o pior dos últimos 10 anos, quase metade do vosso fracasso de 2014, uma vez que só chegaram aos 2,5 milhões, quando anteriormente com gestão PSD, os investimentos foram sempre superiores a 3,4 milhões!

Com execuções de PPI anuais tão pobres, com um aumento de dívidas a fornecedores tão assustador, o executivo camarário lança obras sem financiamento, e damos como referência a 2.ª fase do nos da Erva Verde, estimada em cerca de 590 mil euros mais iva!

Onde vai o executivo buscar cerca de 650 mil euros sem qualquer financiamento e em bancos, disponível, a 13 de abril, só tinha 9,973,56 euros em dotações orçamentais?

Mas se esta é a realidade dos números, que dirá a equipa de revisores? Estivemos a ler o parecer que está na parte final do documento de prestação de contas, e na verdade ficamos esclarecidos. Os revisores fazem uma série de reparos que no nosso entender não são admissíveis ao fim do 3.º ano completo, onde acompanham mensalmente a gestão de procedimentos na área financeira.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, algo vai mal, na gestão financeira do município de Caminha, pese embora o esforço de assessores financeiros altamente qualificados!

Importa alertar esta assembleia que o documento de contas contem outras informações contraditórias. Diz-se na página 45 que a dívida total é de 18,052,564 euros, mas somando os valores que estão no quadro do balanço, os valores são de 19,705,178 euros, ou seja, cerca de 1,7 milhões a mais! Este erro não é tolerável num documento desta natureza.

Este tipo de erros, faz-nos voltar a 31.12.2013, quando o município lançou na contabilidade os cerca de 5 milhões da obra das piscinas, como dívida de curto



Assembleia Municipal de Caminha

prazo, e em 2014, sorrateiramente, passam-na para dívida de médio longo prazo! Basta ver o quadro comparativo dos balanços que está nas contas de 2014!

Por último Senhor Presidente, Senhores Deputados, a bancada do PSD procurou encontrar neste relatório de contas uma referência à estrutura de Memória ao Remador, que o Exmo. Senhor Ministro da Educação veio inaugurar a 14 de dezembro e que foi implantada na rotunda junto ao remo e, é publicitada no site do município, com fotos, mas infelizmente não encontramos essa despesa! Mas dizemos porquê!

O município sabe com certeza, que só em 24 de março de 2017 foi publicada no Portal dos Contratos Públicos. Ou seja, o Senhor Ministro da Educação inaugurou uma estrutura, que consideramos ilegal, como também é grave, a publicitação no site do município.

As perguntas que aqui deixamos à consideração de. Vexas. como notas finais da leitura que fizemos a um documento de prestação de contas, que está errado, por omissão de gastos, e que perigosamente demonstra que a Câmara Municipal de Caminha, está numa situação financeira aflitiva.

Por tudo o que foi aqui dito, e porque um prejuízo de cerca de um milhão de euros, o aumento do PMP a fornecedores, o aumento das faturas por liquidar, são indicadores com os quais os Deputados do PSD, não podem pactuar, votaremos contra.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** saudou novamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Os deputados do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Caminha, vão votar favoravelmente as Contas do exercício de 2016, porquanto nelas se evidencia a trajetória que se vem seguindo de melhorar o rigor na despesa e a responsabilidade na gestão, por parte do Governo Municipal liderado pelo Miguel Alves.



Assembleia Municipal de Caminha

Com efeito, como resulta dos documentos que nos foram distribuídos, a despesa foi a mais baixa dos últimos 12 anos, com o que se melhora o resultado líquido de exercício em 34%, relativamente ao ano anterior

Não obstante essa significativa redução da despesa, que atesta com clareza a parcimónia que deve estar presente na hora de dispor do dinheiro público, a verdade é que, ainda assim, conseguiu-se uma alta da taxa de execução orçamental, na ordem dos 87%.

Tal como se referiu, as Contas de Exercício de 2016 da Câmara Municipal de Caminha evidenciam uma trajetória da melhoria e consolidação financeira que dá continuidade aos esforços nos últimos anos.

Porém, as dificuldades financeiras estruturais do Município de Caminha são conhecidas e o documento de Prestação de Contas de 2016 não as esconde, ao mostrar um resultado líquido de exercício negativo no valor de mais de 990.000 euros.

A melhoria é, no entanto, muito clara, porque o resultado líquido de 2016 é o melhor dos últimos três anos, melhora 34% relativamente ao ano anterior e supera em muito o pior resultado desta década, que foi em 2011 quando o Município apresentou um resultado líquido negativo superior a 2.6 milhões de euros, isto é, quase três vezes superior ao do último ano.

Voltando à despesa, porque é nela que se reflete a responsabilidade de quem gere os destinos do nosso concelho, a Câmara de Caminha apresenta nas Contas de 2016 a menor despesa desde o ano de 2004, facto notável face aos constrangimentos atuais e ao aumento das responsabilidades municipais nos últimos 12 anos.

É evidente que os problemas e desequilíbrios estruturais permanecem, pese embora mais atenuados, confirmando-se a necessidade de um esforço paulatino, metódico e sereno que colmate os erros do passado e coloque as contas num rumo positivo a médio prazo. No entanto, de acordo com o Relatório de Gestão de 2016, há já alguns sinais encorajadores a ter em conta para o futuro:

1 - O Passivo diminui 2.5 milhões de euros face a 2015.



Assembleia Municipal de Caminha

2 - A dívida a terceiros de médio e longo prazo diminuiu cerca de 2.3 milhões, uma descida de 15% face ao ano anterior.

3 - A dívida à banca diminuiu 1.2 milhões (19%) face a 2015 e 3.9 milhões (44%) face à situação herdada em 2013.

4 - O peso dos impostos sobre as famílias diminuiu e refletiu-se na estrutura da receita municipal. No ano de 2013 os impostos cobrados às pessoas representaram 29% do total das receitas correntes enquanto que em 2016 representaram apenas 27% das mesmas receitas. As Pessoas e as Famílias Primeiro.

5 - A rácio de autonomia financeira do Município, ou seja, a percentagem dos capitais próprios que servem para financiar a atividade do Município, é de 153% (sabendo-se que quando é inferior a 50% o Município fica dependente dos credores).

Estes são alguns indicadores positivos que se apresentam como instrumento fundamental para continuar um trabalho estruturado de melhoria das contas municipais, exercício fundamental para que se possa reforçar a atividade da Câmara Municipal e contribuir para a dinamização da economia. A execução de 2016 segue a mesma trajetória dos últimos 4 anos que passa pela redução de custos e pelo aumento dos proveitos obtidos.

Naturalmente que há valores menos positivos que deverão merecer a atenção especial do Município e que não fazem esquecer os problemas criados pela gestão no passado. Isso aumenta a responsabilidade dos autarcas e também a atenção dos cidadãos sobre as suas escolhas, optando por uma gestão responsável ou por um modelo de despesismo sem controle que precipitaria o nosso concelho para a banca rota.

Por estas razões e pelo reconhecimento do esforço intenso e profícuo que o governo municipal está a fazer no sentido de ultrapassar as dificuldades criadas pelo anterior executivo do PSD, os deputados do partido socialista votarão favoravelmente as contas de 2016, tal como no início referi.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“Este relatório de prestação de contas é uma Tragédia em três atos:

1º ato - V.exa. apresenta-nos um relatório de prestação de contas cheios de gralhas e contas malfeitas. A falta de rigor e de documentação de suporte para as informações financeiras lá descritas, é assumida pelos próprios revisores oficiais de contas que assinam o documento. Posso dar como exemplo de falta de rigor, a questão do empréstimo de curto prazo que entrou na receita e não aparece na despesa, ou então o valor da dívida total que não corresponde com as parcelas apresentadas.

No Plano de atividades fala das atividades das escolas, das associações, dos clubes, da Pólis, do governo, de projetos como o CLDS 3G como se fossem todos da autoria do município de Caminha, revelando falta de humildade, falta de rigor e desvalorização do esforço daqueles que encetam forças para conseguir organizar e desenvolver atividades, eventos e projetos. No caso do projeto do CLDS 3G até vai mais longe, descrevendo e floreando o seu plano de atividades com objetivos inerentes a este projeto que é da responsabilidade de uma instituição e não da Câmara Municipal de Caminha. Um lamentável aproveitamento que em nada favorece o rigor das informações prestadas neste relatório de atividades.

2º ato - Diz que a despesa foi a mais baixa dos últimos 12 anos e tem razão. Mas esqueceu-se de dizer às pessoas qual a despesa que foi a mais baixa dos últimos 12 anos.

Mas eu digo: foi a despesa de capital, aquela que se refere a investimento concreto no concelho. Esclareça a população que existem despesas de capital e despesas correntes. As despesas de capital, que é o investimento concreto no Concelho desceram a níveis sem comparação nos últimos 12 anos, mas as despesas correntes, aquelas despesas do dia a dia, das suas contratações e afins, essas subiram de forma brutal, e isto só comparando com 2015. Portanto diga a verdade aos munícipes. Aumentou brutalmente as despesas correntes da Câmara Municipal de Caminha e face a esse aumento tem pelo terceiro ano consecutivo um prejuízo que ronda o 1 milhão de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

3º ato - Este relatório não expressa a real situação financeira da câmara Municipal de Caminha em 2016.

E sabem porquê?

Eu digo-vos.

Porque foram prestados serviços em 2016, cuja contratação e adjudicação só aconteceu este ano, em 2017. Portanto, esses valores não entraram nas contas de 2016, mas o serviço foi prestado e constam do plano de atividades do ano passado.

Claro, que os revisores oficiais de contas só se podem basear em documentos concretos e se esses contratos não existiam à data da elaboração do relatório não podem constar das contas. A lei dos compromissos é clara nessa matéria e vossas excelências incumprem reiteradamente. Cometem ilegalidades umas atrás das outras. Darei dois exemplos simples:

1-Vilar de Mouros de 2016. Serviço de limpeza prestado o ano passado, obviamente. Contrato e adjudicação? perguntam-se vocês. Eu digo-vos. Foi feito este ano, 2017. Uma ilegalidade grave e que leva a que este relatório de contas não corresponda à realidade.

2-Estátua de homenagem ao remador. Inaugurada em dezembro de 2016 com a presença de ministros e respetivas comitativas. Contrato e adjudicação e todos os procedimentos legais de cabimentação e compromisso? perguntam-se vocês. Eu digo-vos. Foi feito este ano. março de 2017.

Por estar presente uma tragédia total, votarei contra este relatório de prestação de contas de 2016.

Temos os documentos que comprovam as vossas irregularidades, ilegalidades e acima de tudo, temos um relatório de prestação de contas, da vossa responsabilidade, que deveria envergonhar qualquer gestor que se preze, com prejuízo na ordem do 1 milhão de euros, daquilo que os revisores conseguiram apurar, faltará tudo o resto a verificar-se futuramente.

Deixo aqui uma reflexão para o V. exa. e como diria Ésquilo, já que falamos em tragédia, "Simples são as palavras da verdade".



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse relativamente às contas do Município, e como elas próprias demonstram, recorrendo unicamente aos mapas e palavras que constam do relatório de contas, para quem ali ouviu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara se constata a forma demagógica e inclusive a falta de preparação e de seriedade política, que a sua intervenção revela e que o Senhor Presidente sistematicamente usa numa tentativa de toldar o raciocínio das pessoas. Assim, vai ali dizer que o Senhor Deputado Rui Taxa não tem razão quando diz que está preocupado com as dívidas de fornecedores, a ascenderem os seis milhões de euros que constam da informação financeira. Mas consta ainda da informação financeira, que neste momento o saldo da Câmara à data e 13 de abril, seria na ordem dos quinhentos e oitenta mil euros, desses quinhentos e oitenta mil euros, cerca de quinhentos e sessenta mil euros seriam operações de tesouraria, o que deixa uma liquidez efetiva ao Município em cerca de nove mil euros. Logo, é óbvio que aquilo que Senhor Deputado Rui Taxa ali referiu é verdade, e é o próprio Senhor Presidente que no documento de prestação de contas de 31 de março de 2017, assinado por ele, diz e cito: que propõe aprovar todos os documentos de prestação de contas apresentados e, com ele, os valores apurados nas diversas contas, designadamente o saldo de gerência de 2016 no valor de € 573.596,05 (quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e noventa e seis euros e cinco cêntimos), sendo que deste valor € 565.838,56 (quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos) são operações de tesouraria, logo, tem um saldo orçamental de € 7.757,49 (sete mil, setecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos), e este era o saldo orçamental à data da elaboração deste documento que hoje ali está para aprovação e corresponde mais ou menos aos mesmos valores, mais dois mil euros agora à data de 13 de abril, quando estas contas foram prestadas. Mas, se dúvidas houvesse, o que dizer do exercício demagógico absolutamente incrível que o Senhor Presidente fez quando disse que estava a ser coerente, porque, alegadamente quando chegou à Câmara de Caminha avisou toda a gente que não havia dinheiro. Ora isso não é



Assembleia Municipal de Caminha

verdade, é o relatório da auditoria que o Senhor Presidente mandou fazer que comprova e desmente. É que á data que tomou posse tinha em bancos cerca de dois milhões e meio de euros. E ainda refere o Senhor Presidente que tinham empréstimos de médio e longo prazo para pagar desculpando-se para a existência da dívida. Ora, é preciso esclarecer as pessoas que nesses seis milhões de euros que o Senhor Deputado Rui Taxa refere, e que constam da informação financeira remetida a todos, como sendo compromissos assumidos e não pagos, com mais de 60 dias, não estão incluídos os empréstimos de médio e longo prazo. Esclareceu ainda a Senhora Deputada que a rubrica da despesa se divide, entre despesas de capital, relativamente ao investimento e despesa corrente. Logo, e como consta ali do documento na pág. 8, o mapa é bem claro, e trata-se do vosso mapa as despesas correntes em 2015 ascendiam a cerca de cinco milhões de euros e que em 2016 elas cresceram para cerca de sete milhões de euros, ou seja, está-se a falar de uma rubrica chamada Aquisição de Bens e Serviços, e isto é despesa corrente, não tem nada a ver com empréstimos de medio longo prazo, nem com investimento, e é exatamente o valor que está refletido na informação financeira de 13 de abril. Disse ainda a Senhora Deputada que ainda acrescenta que esta rubrica de aquisição de serviços representa 52% no total das despesas, ou seja, no total da despesa da Câmara a rubrica de aquisição de bens e serviços tem um peso de 52%. Por comparação, se agora se quiser explicar o que são as despesas de capital, onde estão incluídos os passivos financeiros, os tais empréstimos de medio e longo prazo que ali o Senhor Presidente quis meter no mesmo saco, confundir, baralhar, e dar as cartas, esse passivo financeiro, são despesas de capital, são despesas de investimento de empréstimos de medio longo prazo, que reafirma o Senhor Presidente quis meter no mesmo saco dos seis milhões de euros, que ao contrário são despesa corrente, dividas a fornecedores e que nada tem a ver com empréstimos medio longo prazo. Disse ainda a Senhora Deputada que neste mesmo relatório se verifica que os tais empréstimos que nas palavras do Senhor Presidente são a desgraça da situação financeira da Câmara herdada, afinal representam um peso na execução da despesa de 6%. Ou seja, aquilo que o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente quis insinuar como sendo a desgraça afinal teve um peso na receita de 6%, e o que na realidade aconteceu é que na sua gestão, a despesa corrente entre 2015 e 2016 teve uma subida dramática nas despesas, na aquisição de bens e serviços de 52%. Ora, se tivermos em conta que neste valor de seis milhões, não está incluída a dividas às águas, que estão a ser contabilizadas na contabilidade patrimonial, percebemos a gravidade e como é preocupante a situação financeira do Município. E também não é pelo Senhor Presidente dizer muitas vezes uma inverdade que ela se torne verdade, ou seja, não é verdade aquilo que ali o Senhor Presidente afirmou sobre as contas. Disse ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente herdou uma Câmara Municipal com uma posição financeira muito confortável, com uma divida de curto prazo, paga a 90 dias, a cumprir os prazos médios de pagamento de cerca de três milhões e herdou dinheiro no banco, com o qual podia ter pago essa divida. Ficou com muito dinheiro para o poder gastar como entendesse. É a sua gestão que está a ser avaliada, não é a da Senhora Deputada, mas, preocupa-a a forma que o Senhor Presidente usa nesta senda de culpar tudo e todos. Aliás, só falta agora dizer que a culpa dos problemas financeiros é do Senhor Vereador a quem aliás aproveita para desejar as maiores felicidades no exercício do cargo que vai agora abraçar, mas como dizia, só faltava agora o Senhor vir dizer, que culpas da situação de financeira das contas, afinal era do Senhor Vereador que se foi embora, e que agora é que o Senhor vai por isto nos eixos. Depois do que ouviu já não a espanta que o faça. Para terminar, disse a Senhora Deputada que pretende dar um esclarecimento a toda Assembleia, e é complementar à sua intervenção e porque a preocupa. Refere que a argumentação de defesa que o Senhor Presidente invocou na reunião de Câmara da decisão do Tribunal de Contas na questão da homologação das Contas de 2011 e referiu que nas contas de 2011 existiam graves irregularidades e recomendações do Tribunal de Contas. Logo, a Senhora Deputada presta este esclarecimento por antecipação, essas recomendações eram da Lei Nova do Compromissos, e naturalmente o Senhor Presidente provavelmente irá dizer isso ali, e refere a Senhora Deputada que as Contas de 2011 foram homologadas em



Assembleia Municipal de Caminha

2016, o que significa que as de 2012 serão homologadas em 2017 e assim sucessivamente.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“A apreciação das contas em ano final de mandato dispensa toda e qualquer referência aos discursos apelativos que preambularam os orçamentos de 2014, 2015, 2016, e mesmo o de 2017, cujo exercício apenas se apreciará daqui a um ano. Mas serve para enquadrar o quanto os documentos orçamentais e os de prestação de contas se aliam na expressão política dada ao exercício de gestão para o qual foi mandatado o executivo camarário. E o desfasamento temporal entre a discussão e a substância discutida, muitas vezes confundida, faz também com que os exercícios de uns sejam por vezes apreciados sobre a liderança de outros, algo que no concelho de Caminha tem pouca expressão já que, no limite, ou o PS aprecia contas do PSD, ou o PSD aprecia contas do PS, ou ambos apreciam as suas contas já que a CDU nunca esteve representada na Câmara Municipal de Caminha.

Em 2014 pesou na prestação de contas o exercício de 2013, liderado pelo PSD, com o que já conhecemos do passado de má memória e que nos levou a afirmar que esse ano de 2013 ficaria, para sempre, colado à expressão numérica de um mau momento na governação do concelho de Caminha, e não apenas pelo valor, já que o mais baixo havia sido em 2011. Com as contas de 2014 e 2015, apreciadas em 2015 e 2016, respetivamente, vivemos na confrontação entre a verdade dos números e a impossibilidade de cumprimento de um dos mais necessários objetivos do programa do Partido Socialista sufragado e que a CDU também havia inscrito no seu programa eleitoral, que era o saneamento das finanças públicas municipais, no contraponto com o PSD que, em fuga às suas responsabilidades, negando as suas próprias decisões, ignorando as lutas judiciais que encetou em nome do município, sempre propagandeou uma saúde financeira irreal; atitude que apenas se entende por terem optado não por um mandato de oposição, o que de



Assembleia Municipal de Caminha

resto seria necessário e de interesse maior para o concelho de Caminha nestes anos difíceis de 2013 a 2017, mas antes, preferiu optar por um mandato de trabalho eleitoral, com uma estratégia seguida à risca, mantendo uma retórica de confrontação contínua, desdizendo as evidências, chegando mesmo a contrariar a necessária contração de empréstimos para pagamento de compensações pecuniárias e custas em resultado das decisões judiciais em que os mesmos envolveram o município. Mas a verdade é que era ao Partido Socialista a quem competia a resolução do problema encontrado, fruto de 12 anos de exercício do PSD, da mesma forma que ao PSD competiu nesses 12 anos gerir com algumas más decisões de mais de 20 anos de exercício do PS.

Por isso, chegados a 2017 e à apreciação das contas de 2016, é, no limite, estendida apenas ao mandato 2013-2017 a responsabilidade dos números porque a este período está consignada a estratégia seguida atualmente.

Em 2014 verificámos então que as contas de 2013 não poderiam expressar a visão do executivo socialista pelo reduzido tempo de exercício e influência. Depositada a esperança para o ano seguinte, na apreciação das contas de 2014, ficou o município impedido de qualquer festejo, verificando-se um resultado líquido negativo em mais de 1,7 M€. Novo adiamento e nova esperança para as contas de 2015, apreciadas em 2016, mas o resultado líquido negativo de aproximadamente 1,5 M€, mostrou-se insuficiente para gerar a crença de que no mandato iria este executivo cumprir a promessa eleitoral.

As contas de 2016 apresentam agora um resultado líquido negativo ligeiramente inferior a 1 M€, com uma taxa de execução orçamental na ordem dos 87%. Esta tendência pode ser entendida como um sinal positivo de progresso, representando o melhor valor na variação do resultado líquido ao longo do mandato. Importa por isso perceber se o mesmo é conjuntural ou resulta de uma estratégia que, apesar de não garantir os objetivos definidos para o mandato, concorrem para ele.

Na opinião da CDU, e tendo até em conta a melhoria nos procedimentos e correções efetuadas face ao ano anterior, observando os registos do revisor, este resultado expressa uma vontade de correção que deve ser seguida. A existência



Assembleia Municipal de Caminha

de exercícios negativos consecutivos não é uma novidade deste executivo. No mandato anterior houve situação semelhante em três dos quatro anos e não se usou de argumentação fácil suportada na suposição de ilegalidade. Hoje, com a responsabilidade acrescida da certificação legal das contas por entidade independente, essa argumentação não se acomoda nas apreciações técnicas ao documento. No quadro político haverá sempre formas diferentes de ver o município, e em nossa opinião melhores do que as trazidas pelo PS e PSD. No entanto, apesar de todas as reservas políticas, há documentos cuja apreciação deve ser tida de forma completa, mas responsável, certos das consequências que a não aprovação dos mesmos implicaria na vida do município. Por outro lado, a Assembleia Municipal apenas se pode pronunciar sobre os documentos que lhe chegam e não sobre outros; da mesma forma procede a certificação legal das contas. Tal não exclui a necessidade de esclarecimentos do executivo a esta assembleia.

Em sintonia com as Bases para Opinião com Reserva da certificação legal das contas, também julgamos que a esta Assembleia deveria chegar informação sumária relativa às demonstrações financeiras das empresas participadas, julgando-se melhor os montantes das participações municipais. Da mesma forma importa perceber as diferenças existentes entre o registo de faturação e de dívidas de água. E apesar do incómodo causado por tudo o que este assunto comporta, a verdade é que subsistem dúvidas sobre a suficiência da provisão para processos judiciais, que à data do encerramento das contas de 2016 se cifrou em 298 000 €. Também o cálculo do endividamento total, registado nas contas em 18 054 349€, é questionado na certificação das contas, prevendo-se que este valor ultrapasse os 18,5 M€.

A CDU aguardará pelas explicações do executivo a esta assembleia, na certeza de que mais do que o esclarecimento à CDU, resultará a clarificação para os munícipes, não só hoje, para os que aqui assistem, ou para os que nos acompanham em casa, como para todos os outros que terão a oportunidade de ler no espaço dado pela comunicação social.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse quanto a este ponto, no mapa de controle orçamental da despesa verificaram que no ano 2016 passou para 2017 uma dívida de um milhão duzentos e oito mil, referente a água, e um milhão cento e trinta e cinco mil, referente a saneamento, sendo que a água do ano 2015 está a ser paga ao abrigo de um acordo de pagamento no total de dois milhões oitocentos e cinquenta e um mil, e à SUMA um milhão duzentos e sessenta e nove mil, mas, continuasse com uma dívida de água referente ao ano 2016 substancial, a qual se entende e qual será o procedimento a seguir.

Quanto à certificação legal das contas, que foi apresentada pela Sociedade de ROC, disse a Senhora Deputada que no ponto 2 refere que “o Município de Caminha contabilizou em 2016 um montante aproximadamente de cento e setenta e dois mil euros a título de trabalhos para a própria entidade, para a qual nos foi disponibilizada o suporte adequado, sobre o seu impacto resultante e nos fundos próprios do Município”, deste modo, pergunta a Senhora Deputada; Qual a explicação para estes cento e setenta e dois mil euros a título de trabalhos para a própria entidade?

Disse ainda a Senhora Deputada que no ponto 4, referem quanto aos valores a receber de clientes pelo fornecimento de água, que não permite identificar diferenças entre o valor das dívidas registadas nos módulos de faturação e o valor das dívidas registadas na contabilidade do Município no final de 2016, estas diferenças carecem de uma explicação, se a explicação não foi dada à Sociedade SROC, solicita ali a Senhora Deputada para que seja dada.

Disse ainda a Senhora Deputada que no ponto 5, referem que “a rubrica outros devedores a curto prazo incluem um montante de um milhão quatrocentos e setenta e oito mil euros, a haver do Município de La Guardia, devido a despesas ocorridas com os serviços de transportes do Ferry-Boat, a qual se encontra em



Assembleia Municipal de Caminha

cobrança judicial em 2016, no âmbito do processo de circularização de saldos não obtivemos qualquer resposta ao pedido efetuado a esta entidade, pelo que não nos é possível garantir que este saldo venha a ser integralmente recuperado. Disse ainda a Senhora Deputada que no ponto 7, referem ali que permanecem em curso varias ações judiciais, tal e qual, como já ali referiu o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que não foi possível avaliar a suficiência de provisão para os processos judiciais, relembra a Senhora Deputada que está na Lei que deveriam ser fornecidos ao deputados Municipais a lista dos processos judiciais contra a Câmara Municipal, essa lista ao longo deste mandato nunca foi entregue, apesar de varias vezes ter sido requerida através de requerimento e também mais do que uma vez ser focada pela Sociedade SROC. Disse ainda a Senhora Deputada que no ponto 8, que também identificaram varias divergências e que não encontraram esclarecimentos, quanto a procedimentos alternativos efetuados que permitam garantir a integralidade das dividas reconhecidas até 31 de dezembro de 2016, sendo que o valor das dividas a 31 de dezembro de 2016 é de dezanove milhões. No ponto 9, refere ainda que apresentou nas suas contas um endividamento total aproximadamente dezoito milhões, e que o valor apresentado se afigura subavaliado, pelo a Senhora Deputada gostava de encontrar explicações para estas questões.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que ali se apresentam os documentos de Prestação de Contas do ano 2016. Este é um documento que não inventa lucros, porque não existem, como fez o PSD, principalmente no ano 2013, ano de eleições autárquicas, agora não se maquilham as contas, nem a realidade, uma realidade que é difícil e continuará a ser muito complicada durante os próximos anos. Referindo que este documento apresenta o volume de despesa mais baixo dos últimos 12 anos.

Disse ainda o Senhor Deputado que gostava que fixassem dois números, 2.5 milhões de euros, e este é o valor da diminuição do passivo e 3.9 milhões de euros é valor da diminuição da divida à banca, face à herança pesada de 2013, porém, o



Assembleia Municipal de Caminha

Partido Socialista não festeja com estes números, mas na verdade o caminho faz-se caminhando e o caminho está traçado; cada partido apresentou ali os seus argumentos, os seus números, a sua retórica, porém, há uma verdade indiscutível, as contas estão más, contudo, paulatinamente este executivo está a sanar as trapalhadas e as maquilhagens que outros fizeram, porém, falta de preparação tinham aqueles que arruinaram as contas, que hipotecaram o nosso Concelho, que venderam as joias da coroa e tudo esbanjaram, e é por esses motivos, que este é um documento realista, objetivo e factual, sem rodeios que o Partido Socialista como disse o líder de bancada, votará favoravelmente este documento.

O **Senhor Vereador Rui Teixeira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“O presente documento em apreciação, a Prestação de Contas 2016, é composto por cinco volumes, Relatório de Gestão, Relatório de Atividades, Contas (mapas orçamentais, patrimoniais e financeiros), anexos às Contas e Instrução do Tribunal de Contas.

Este foi o terceiro exercício completo deste executivo, e o terceiro exercício com certificação legal de contas.

As contas evidenciam nos seus mapas três tipos de contabilidade, Orçamental, Patrimonial e Financeira.

Em termos de contabilidade orçamental, o orçamento inicial de 19.485.985€ a taxa de execução da receita situou-se nos 87 % e da despesa nos 86,95%, refletindo uma linha de coerência e correção na elaboração e execução orçamental e cumprindo com regras e limites legais estabelecidos.

Desde o início das minhas funções enquanto Vereador com a área financeira, e após uma primeira análise da situação económico-financeira da CMC, empenhei-me em frisar a importância da contenção na despesa e na consciencialização das

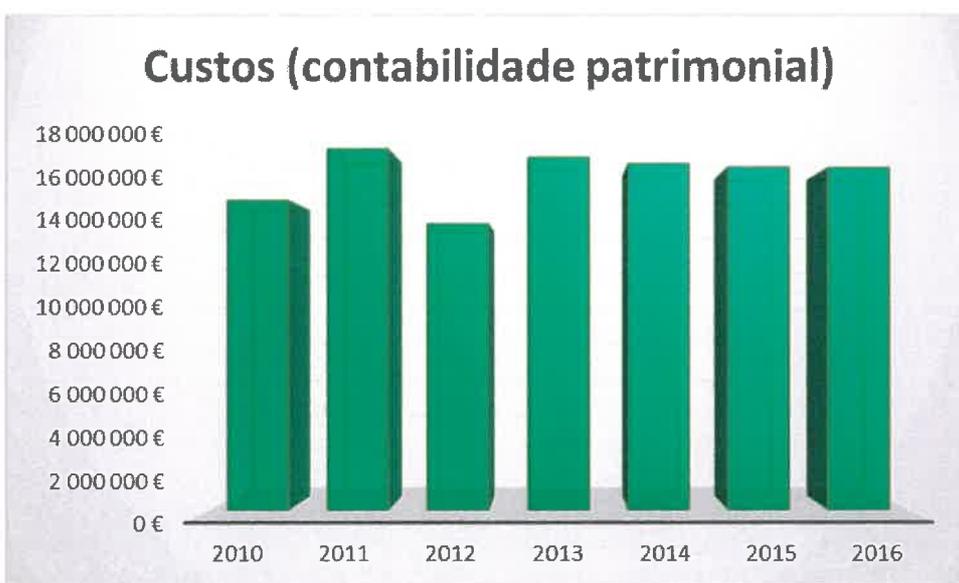


[Handwritten signature]

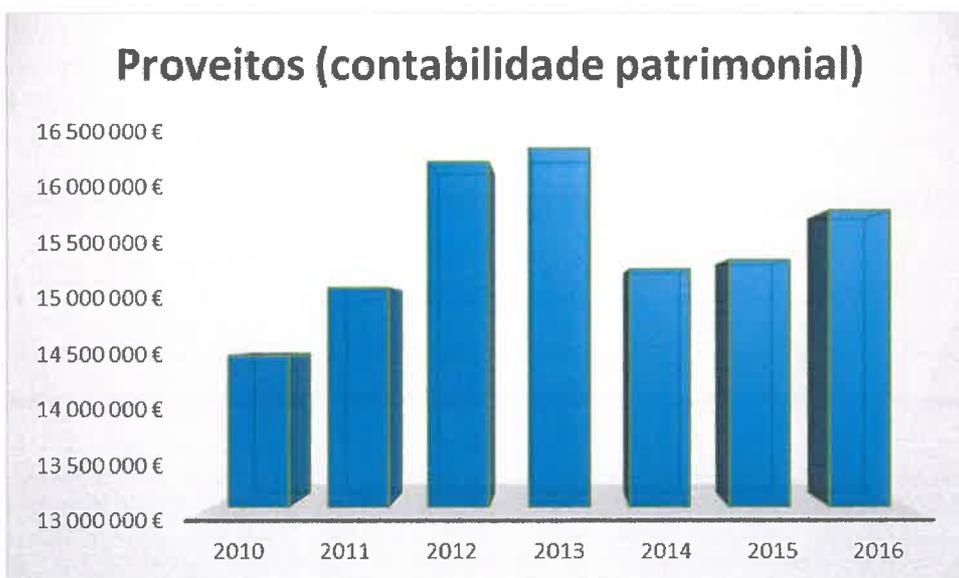
Assembleia Municipal de Caminha

peças para a eficiência na utilização dos recursos disponíveis e arrecadação de receita.

Foi por isso efetuado um esforço de contenção e racionalização de custos como reflete o gráfico da evolução dos custos desde 2010 onde se constata nos últimos quatro anos uma redução sustentada dos custos.



Do lado da despesa e como podemos verificar pelo gráfico do mesmo período, 2010-2016, verifica-se também coerência nos últimos anos.

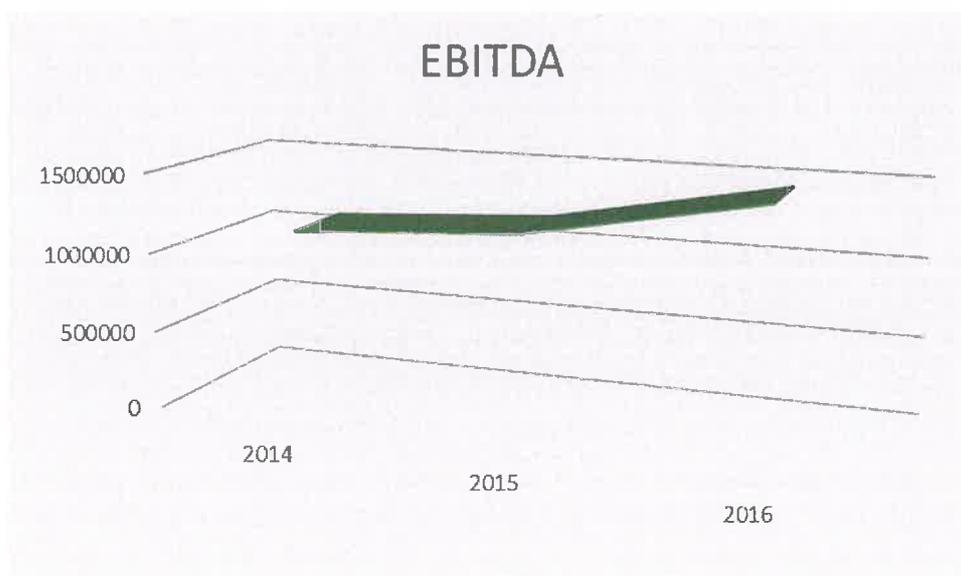




Assembleia Municipal de Caminha

Para melhor explicar e exemplificar o trabalho do executivo na criação de condições estruturais ao nível da despesa, nas páginas 32 e 33 do volume 1 da Prestação de Contas 2016 é apresentado a evolução do EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) e do Resultado Líquido. O indicador EBITDA equivale ao Lucro Operacional, mede a produtividade e a eficiência do negocio e é utilizado no mundo empresarial para analisar o desempenho, a produtividade e a eficiência da organização.

O EBITDA nos últimos três exercícios tem vindo a crescer e situou-se em 2016 nos 1,47M€, refletindo uma melhoria na eficiência da atividade da CMC, e um equilíbrio operacional que deverá proporcionar um melhor futuro e sustentabilidade, permitindo novas políticas e investimentos.



A nível financeiro constata-se através da análise dos mapas financeiros que as dividas a terceiros de curto prazo aumentaram face a 2015 em 1M€ (pág. 31 do relatório de gestão) e as dividas a terceiros a médio e longo prazo diminuíram em 2,3M€ (pág. 30 do relatório de gestão), o que reflete o esforço do município em saldar os compromissos anteriores assumidos (empréstimos, acordos, parceria publico privada) e a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, e porque a estrutura atual do município com custos fixos elevados e uma componente de



Assembleia Municipal de Caminha

compromissos a longo prazo grande, e apesar do esforço referido não é possível ao município reduzir as dívidas de curto prazo até liquidar os compromissos de longo prazo existentes sem medidas extraordinárias.

Relativamente às questões formuladas pelos deputados, a maioria contém algumas confusões de conceitos e de certa forma outras já foram respondidas, pelo que vou apenas responder à Deputada Lilita Gonçalves;

A Senhora Deputada centrou a sua intervenção unicamente na leitura das reservas dos Revisores Oficiais de Contas, que são técnicos superiores qualificados, em que a sua atividade e atuação é auditada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e é objeto de uma forte regulação.

Na medida em que essa intervenção apenas referiu as reservas dos ROC e estes certificaram a prestação de contas 2016 da CMC, nesse caso e na mesma linha de atuação suponho e espero que a Senhora Deputada vote favoravelmente a prestação de contas 2016.”

De seguida o Senhor Vereador Rui Teixeira, disse que como esta era a sua última Assembleia Municipal, agradeceu a todos os Senhores Deputados o contributo que deram pela Democracia, pelo trabalho que sempre fizeram, apesar de haver sempre as diferenças políticas, o que contribuiu sempre para a melhoria e crescimento; agradeceu também aos Senhores Presidentes de Junta pelo contributo que deram, não só aqui, mas também nas suas Freguesias; agradeceu aqueles munícipes que sempre os ouvem; agradeceu aos funcionários que o acompanharam ao longo deste tempo; agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa, Luis Mourão, pela excelência na sua condução de trabalhos, pela excelente pessoa que é, e por toda a paciência que tem tido com todos, aos seus secretários ao João Alberto Silva e à Sónia Lajoso; agradeceu também ao Senhor Presidente, Miguel Alves, pela coragem que teve em assumir este lugar, e em se candidatar e deixar o conforto de Lisboa e vir para o nosso Concelho e o ter convidado, pois foi uma honra estar ao lado dele e ter ganho as eleições e ao trabalho que tem realizado ao longo destes três anos e meio, e espera que continue nos próximos quatro anos; agradeceu ao Senhor Vereador Guilherme Lagido, por ter abdicado do



Assembleia Municipal de Caminha

conforto da sua vida, porque como todos sabem já estava reformado e o qual veio dar um contributo muito especial ao nosso Concelho; agradeceu ao Senhor Vereador Rui Fernandes por se ter unido a este executivo a meio do percurso, mas, o qual tem feito um trabalho muito coerente e com muita paciência numa área que não é fácil, que é a área da Ação Social e Educação; agradeceu aos Senhores Vereadores do PSD, ali presentes o Vereador Flamiano e o Manuel Marques.

Deseja por fim o Senhor Vereador um bom trabalho para todos e espera que no futuro todos tenham sucessos pessoais, e políticos para alguns, para outros políticos não tantos.

O **Senhor Presidente da Câmara**, começou a intervenção por saudar o Senhor Vereador Rui Teixeira, e por o ter encontrado ali, porque leu uns comunicados há cerca de um mês, a proferirem que se ia embora, que não ia apresentar as contas, mas, está ali cheio de força, ainda que, espera que caminhe para que todos tenham boa saúde. Agradeceu ainda o Senhor Presidente ao Senhor Vereador pelo trabalho que executou durante estes três anos e meio, uma vez, que o pelouro das finanças municipais é um pelouro muito exigente, e foi aquela área que encontraram mais surpreendente, e impressionante, relativamente aquilo que esperavam fosse, mas, o Senhor Vereador conseguiu unir a Câmara Municipal neste desiderato, os números falam por si, que é aquilo que se consegue a nível de contenção de despesa e aquilo que se está a conseguir de problemas que eram herdados, mas, este era um exercício que vai obrigar a muitos anos de trabalho, como sempre tem referido. E, existe uma coisa que o Senhor Vereador também elegeu como linha e conduta de ação, que é dizer a verdade, fazer orçamentos de verdade, relatórios de contas de verdade, e isso, veio alterar o paradigma do debate sobre contas nesta Câmara Municipal e nesta Assembleia Municipal; desta forma, deseja o Senhor Presidente ao Senhor Vereador as maiores felicidades, tanto para o cargo que vai ocupar, e ao contrário do que acontece em Caminha, teve unanimidade dos Presidentes de Câmara deste Distrito, do PS, do PSD, CDS Independentes, todos reconheceram o trabalho que o Vereador Rui Teixeira fez na



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal e a sua competência para poder estar a frente e poder ser administrador de uma área tão importante como é a da saúde e poder levar a bom porto o trabalho que é necessário fazer. Disse também o Senhor Presidente que cumprimenta a equipa de trabalhadores da Câmara que trabalha nesta área, e que ali de vez em quando são atacados, quanto ao rigor e às suas contas, pelo que, o Senhor Presidente quer defende-los porque eles fazem um trabalho extraordinário dentro daquilo que é a dificuldade, e este ataque que é feito por vezes aos trabalhadores da Câmara é sempre muito mal compreendido e sobretudo é muito injusto, pelo que, saúda e agradece aos trabalhadores da Câmara este trabalho.

Disse ainda o Senhor Presidente que uma nota particular, que esteve sobre aquele debate, tem a ver com o facto de se estar a falar de números concretos e reais, e por isso, já ninguém fala nestes debates sobre empolamento de números, números escondidos na gaveta, fala-se sobre os números crus e duros que ali estão, o debate é sobre os números que são colocados sobre a mesa, e são apresentados os números do relatório de contas deste executivo, e aquilo que lá está é real, e é por isso que existem dificuldades, e existem também taxas de execução altíssimas, porque quando se faz um orçamento, faz-se dentro do rigor máximo possível, e é por isso que se cumpre a execução da despesa e da receita em valores muito altos, e porquê?, porque não se consegue prever em cada ano receita, para se poder dizer que se vai fazer muitas obras, quando, não se prevê receita que não vai existir, como venda de terrenos no valor de um milhão de euros, ou outras, ou, a contar com o dinheiro que se vai receber do Ferry ou dos processos judiciais, todos os anos assim, este executivo não faz isso, logo, acaba por estar muito adaptado o número da execução ao número que foi previsto no orçamento, onde é que está a dessintonia? Está naquilo que é natural, que é na previsão que se tem para determinado tipo de obra que tem fundos comunitários e eles depois não acontecem. Saúda, por isso este exercício de verdade o Senhor Presidente e por isso, se pode debater hoje os números que a Câmara apresenta e não os números que se supõe que possam ser. Disse também o Senhor Presidente que não estão a disfarçar, estão a debater um relatório de contas que apresenta um resultado



Assembleia Municipal de Caminha

liquido negativo de 993 mil euros, e esta é a verdade, e é desta verdade que se tem que falar aos cidadãos e a receita não estica, a menos que se possa ir buscar mais fundos comunitários, e este ano de 2016, foi terrível, porque não houve praticamente acesso a fundos comunitários, porque o Governo do PSD, não soube agilizar os mecanismos dos fundos comunitários, e não fez chegar as Câmaras dinheiro, isto qualquer Presidente de Câmara do País o afirmará, em qualquer circunstancia, e por isso é que não houve fundos comunitários, e esta seria uma forma de aumentar a receita, outra forma, seria aumentar os impostos, o IMI, o IRS, mas, este executivo não tem feito isso, porque os impostos são das pessoas, e o executivo, poderá ter que aumentar um dia, mas, não o poderá fazer enquanto a situação das famílias for difícil e estiver nesta transição de um período negro, para um período mais sereno e calmo, que felizmente este Governo tem podido levar a cabo, e por isso, baixou-se os impostos, que o anterior executivo tinha em alta, castigando as pessoas pela sua própria indefesa; a terceira forma, seria aumentar o preço da água, ou, outras tarifas de outras taxas, mas, este executivo tem optado por não seguir esse caminho, pelo contrario baixou-se o preço da água, ou seja, se a receita não estica, é porque não há outra forma de esticar, a despesa tem que se acomodar, só que existe despesa que vem detrás, e quando se começa a fazer contas, já se tem grande parte do orçamento ocupado, já só se tem que distribuir algumas migalhas pelo investimento, pela aquisição de serviços, pelas Juntas de Freguesia, pelas associações, e, este é um exercício muito difícil, e é por isso que as contas são tão difíceis, e vai demorar muito tempo, vai-se ter que continuar a baixar as despesas, como se tem acautelado, não se tem contratado pessoal para o quadro, apenas entraram três funcionários para o quadro que vieram do Turismo, e que iam ser despedidos, e por outro lado, tenta-se gerir através da própria despesa e da renovação, negociação e rescisão de contratos de grande porte, quando se fala do contrato da luz publica, limpeza urbana e da PPP que é um dos casos mais difíceis, e está-se a falar de se pagar cada vez menos dívida, e vai-se pagando os empréstimos, para se eliminarem, para se ficar cada vez mais com menos empréstimos, e tudo isto não dá para fazer sem deixar os pés de fora, e os



Assembleia Municipal de Caminha

pés de fora estão essencialmente nos empréstimos de curto prazo, e isso tira liquidez à Câmara e é por isso que os Senhores Presidentes de Junta, as Associações, os fornecedores, quando querem o dinheiro a que tem direito, tem que esperar e eles sabem exatamente as dificuldades da Câmara. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara não tem lá um saco, como disse à pouco, que está guardado e que o executivo distribui a belo prazer, não há dinheiro, mas, vai-se pagando, porém, ninguém disse até ao momento onde o executivo gasta tanto dinheiro, e onde perderam a cabeça, onde ficaram malucos em deixar rios de dinheiro para de repente em três anos, ou pior, em janeiro logo a seguir à tomada de posse, já não tinham dinheiro para gerir, ainda ninguém disse nada, uma ideia, para se tentar discutir, e por isso, quer elencar aquilo que é claro , este valor de 993 mil euros é o mais baixo destes três anos de exercício, é negativo, mas, é o mais baixo. Disse ainda o Senhor Presidente que este já é um dado indicativo de um percurso que estão a fazer, e sobretudo que este é um valor mais baixo dos últimos três anos, melhora aquilo que foi feito há um ano atrás, e melhora substantivamente aquele que foi o resultado liquido negativo record de 2.6 milhões de euros negativos das contas de 2011, por isso, não diria que seria necessário fazer uma estátua ao remador, mas, se tivessem que fazer uma estatua à campeã do despesismo, dos resultados líquidos negativos do Município de Caminha, seria uma estatua à Dr.^a Júlia Paula, ela foi sim a campeã dos resultados líquidos negativos do Município de Caminha, ela é o rosto dessa marca, portanto, Senhor Deputado Rui Taxa imagine se este resultado envergonha este executivo, imagine o vermelhão que vai pela face da Senhora Deputada que está sentada ao seu lado. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha apresenta nestas contas a menor despesa desde o ano 2004, e apresenta números que falam por si, o passivo diminui 2.5 milhões de euros; a divida de terceiros a médio e longo prazo diminuiu cerca de 2.3 milhões de euros; o peso dos impostos sobre as famílias diminuiu e refletiu-se na estrutura da receita; a média da despesa destes últimos três anos é de 16.6 milhões de euros, a média da despesa dos últimos 5 anos do anterior executivo é de 18.2 milhões de euros, portanto, este executivo



Assembleia Municipal de Caminha

está a gastar menos do que gastava o anterior executivo, e o problema é que este executivo já não consegue ir ao curto prazo e à liquidez, porque tem que aguentar as contas o que vem detrás, e depois vão ali criticar sobre os valores da descida do investimento, que é pouco superior a um milhão de euros, que todos sabem que se deve ao facto de não haver fundos comunitários, e criticam, porque não se gasta o dinheiro, mas, depois ir ali dizer que se está a fazer o Nó da Erva Verde sem fundos comunitários, e ainda são criticados.

Disse também o Senhor Presidente que o problema destas contas, queiram ou não correspondem a um passado que se herdou e que ainda impedem sobre cada um de nós. Disse ainda o Senhor Presidente que vai ali ler aquilo que foi dito e debatido na Câmara Municipal em 2012 a propósito das contas de 2011, nessa altura a Dr.^a Júlia Paula era Presidente da Câmara, e teve que tecer uma declaração política sobre as contas, as tais contas que eram fantásticas de uma Câmara robusta, que falava para o futuro e que tinha a preocupação de fazer um debate sobre estas questões, uma Câmara limpa, pelo que, o discurso do Senhor Presidente se o permitem, vai ser glosar aquilo que era o discurso da Câmara Municipal e da Dr.^a Júlia Paula em 2012, substituindo as palavras de Vereadores por Deputados e de PS por PSD, e passa a citar: “Senhores Deputados era previsível que os Senhores viessem falar dos resultados negativos, já que esta é uma notícia com impacto. O Senhor Deputado consegue fazer uma análise das contas onde reflete claramente os resultados negativos e não consegue dizer o que é absolutamente verdade já que para isso teria que assumir a sua parte de responsabilidade e isso não faz, referindo-se à dívida das Águas.

Disse que também não falou no Ferry, que é um problema criado pelo anterior executivo.

Dizem que a Câmara de Caminha tem um resultado negativo fruto de uma má gestão, dizendo que se gastou mais do que se devia e não fazem uma análise das contas da forma correta, vendo exatamente o que está nele refletido.

O resultado negativo é resultado de dois fatores: as águas, o valor que está negativo é quase o mesmo que está em dívida. Esta dívida não surgiu nas contas



Assembleia Municipal de Caminha

de um ano para o outro, tem mais de 7 anos, foi sempre refletida na conta de fornecedores e desde 2004 tem vindo a crescer e o Município de Caminha tem vindo a suportar esse prejuízo. A Câmara está há 7 anos a assumir prejuízos resultantes da diferença entre o que paga e o que recebe e isto é unicamente responsabilidade política do PSD. Disse que mesmo suportando estas diferenças conseguiram um nível de investimento que permitiu que se realizassem várias obras.

O Concelho de Caminha tem feito um grande esforço para conseguir fazer o investimento que faz, disse que só na educação há um investimento de mais de 1 milhão e deixando de fazer investimento na educação e não fazendo as transferências para as Juntas de Freguesia conseguíamos pagar a dívida das Águas e desapareceria o resultado negativo nas contas. Este é o ónus que nos foi deixado, assim como o que se paga pelo aterro da Valorminho.

Aqueles que vem antes criam o problema, assinam o contrato sem se preocupar com as consequências, devem por isso estar do lado da Câmara de Caminha. Se Caminha aumentar as tarifas e cortar nas transferências feitas para a educação e para as Juntas de Freguesia podiam acabar com o diferencial e com a dívida.

As dívidas a fornecedores até março, eram de 500 mil euros, o valor restante é das Águas, Valorminho e Suma e que o desequilíbrio do Município de Caminha foi um problema criado pelo Partido Socialista.

Preferiu ter uma dívida de 2.7 milhões para com as Águas do que ter que cortar nas despesas com a Educação ou nas transferências para as Juntas de Freguesia, e no que é essencial para os munícipes e para o Município.

Há um outro assunto que os Senhores Deputados falaram e que não pode deixar passar em branco e é o facto de terem dito que a Câmara tem 6 milhões de euros na aquisição de bens e serviços, mas não dizem que nesses 6 milhões de euros estão as empreitadas. Ou seja, querem dar a entender que a Câmara de Caminha tem 6 milhões de euros para pagar, mas não dizem que neste valor estão as empreitadas. Dizem também que houve pouco investimento e isto não corresponde



Assembleia Municipal de Caminha

à verdade, já que mesmo no contexto atual, não deixaram de fazer investimento o que não sucedeu nas restantes Câmaras e isso não é usado como comparação.

Disse ainda, que o Partido Socialista não teve o cuidado de fazer uma análise das contas, procurando ver realmente o que causa este desequilíbrio. A Câmara de Caminha recebeu sempre menos que os restantes municípios. Embora se viva um ambiente de crise, não se refugiam na crise, já que conseguiram executar 65% do que se propuseram, e conseguiram cumprir com o investimento, não cortaram ao investimento. Disse que a sua preocupação não é dar azo nem ouvidos aos “comentadores de Terreiro” nem a pessoas que a antecederam, já que a maioria dos problemas que tem foram herdados. “Isto em 2012, depois de 10 anos”.

Disse que estas são questões que devem ser refletidas com calma e seriedade porque se assume uma diferença líquida no exercício de 2.7 milhões de euros é para garantir e defender os interesses dos munícipes de Caminha.”

Disse por fim o Senhor Presidente que com isto para de citar, e quem gastou à tripa forra durante anos, quem é campeão dos resultados líquidos negativos, não pode ir ali debater, um esforço que se tem vindo a fazer nos últimos anos, tem descido esta evidência desta forma tão leve, logo, é preciso falar aquilo que é necessário ser falado, e aquilo que é preciso ser dito, é que hoje se debate com números verdadeiros, falam de uma altíssima taxa de execução, apresentam contas que não são boas e que caem sobre os munícipes e que não permitem que se pague como querem às Juntas de Freguesia, às Associações e fornecedores, este problema vai se manter, mas, as pessoas sabem agora duas coisas, se querem manter esta trajetória de se poder ir diminuindo o resultado líquido negativo, de se poder pagar os empréstimos bancários, de se poder diminuir o passivo, sabem aonde tem essa opção, porque este executivo o comprovou durante três anos. Mas, se o preferem agora alterar o diapasão e voltar-se a contrair empréstimos para poder pagar a fornecedores, empréstimos de longo prazo, aumentando a dívida, fazer com que se volte a resultados líquidos negativos de 2.7 milhões de euros por ano, essa alternativa também está ao dispor dos munícipes. E esta era a mensagem que o Senhor Presidente queria deixar, uma



Assembleia Municipal de Caminha

mensagem de um percurso que vai demorar, que vai custar, que é paulatino, e que se vai fazendo à medida que se vai resolvendo o problema da PPP, dos empréstimos bancários, dos acordos de pagamento e o problema de fornecimento de bens e serviços.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 9 voto contra e 1 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto e disse que:

Votamos contra porque, os números são claros, V. exas., apresentam em 2014, 2015 e 2016 prejuízos respetivamente de um milhão e setecentos mil, um milhão e seiscentos mil e um milhão de euros, podem argumentarem o que quiserem, mas estes são os resultados da vossa gestão e são a prova do vosso fracasso e incapacidade financeira;

Votamos contra quando não vos interessa omitem a comparação e por comparação ao ano 2016 no que respeita ao investimento, é o pior ano de investimento nos últimos 10 anos, cerca de um milhão de euros, quando de 2009 a 2013 o investimento foi sempre superior a 3,4 milhões de euros;

Votamos contra porque referem que o capital social realizado na Polis Litoral Norte é de 522 mil euros, mas, omitem que em 31/12/2012 foi o anterior executivo que pagou 463 mil euros, sendo que somente a diferença de 59 mil euros foi realizada pelo atual executivo que para além deste valor nada mais investiu, as obras foram executadas pela Polis e não pelo Município, mas, foram com a fatia do capital social paga pelo anterior executivo e essas obras se vão concretizando, aliás, o mesmo aconteceu com a Biblioteca de Caminha e com o Mosteiro de São João D'Arga;



Assembleia Municipal de Caminha

Votamos contra porque as dividas de curto prazo, aumentaram em cerca de um milhão de euros e o Município de Caminha é o pior pagador do Distrito, ou seja, os prazos médios de pagamento do Município de Caminha são à data de 31 de dezembro como comprovam os dados da DGAL, 188 dias e não 175 dias como V. exas., referem no relatório de contas;

Votamos contra porque ao contrario que V. exas., afirmam os empréstimos que herdaram são despesas de capital representam investimento, e representam 6% da despesa total, ao invés das despesas correntes da aquisição de bens e serviços da vossa responsabilidade, aumentaram assustadoramente em cerca de um milhão de euros relativamente a 2015, e representam 52% da despesa total;

Votamos contra porque mais uma vez o executivo quer justificar os maus resultados com a historia dos processos herdados, mas incumpre na obrigação legal de prestar contas e informação a esta Assembleia sobre os processos e recursos instaurados no decurso do seu mandato como aliás impõe o n.º 4 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

Votamos contra porque ao contrário das vossas insinuações a certificação de contas só se tornou obrigatório a partir do exercício económico de 2014, nos termos do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013 de 03 setembro de 2013, e ao contrário do que quer fazer parecer não são garantia de nada, pois se são os próprios auditores que afirmam não estar de posse de todos os elementos necessários.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que agradece ao Senhor Vereador Rui Teixeira no difícil cargo que teve, sendo esse, um dos cargos mais importantes que a Câmara tem, toda a colaboração que prestou, ele que tem uma sobriedade muito grande, sendo uma pessoa que não gosta de grandes fantochadas, mas, sempre esteve presente a dar o seu apoio à Assembleia Municipal, esclarecendo as



Assembleia Municipal de Caminha

dúvidas e prestando um belíssimo serviço ao Concelho de Caminha, desde já, muito obrigado Senhor Vereador.

d) – Protocolos de Apoio às Freguesias

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de abril de dois mil e dezassete, relativa aos “**Protocolos de Apoio às Freguesias**”, conforme documento anexo que aqui /se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Argela para apoio na Pavimentação do Caminho no Lugar de Santa Cruz

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de abril de dois mil e dezassete, relativa ao



Assembleia Municipal de Caminha

“Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Argela para apoio na Pavimentação do Caminho no Lugar de Santa Cruz”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o subsídio à “Junta de Freguesia de Argela para apoio na Pavimentação do Caminho no Lugar de Santa Cruz”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que deseja que seja atribuído este subsídio à Junta de Freguesia de Argela, para pavimentação deste Caminho, mas, antes de ser votado este ponto, refere o Senhor Deputado que devido ao grande grau de amizade que o une ao Senhor Vereador Rui Teixeira, em seu nome pessoal e em nome da sua bancada deseja-lhe um abraço de gratidão pelo seu empenho, profissionalismo e por tudo que deu a esta Assembleia e ao executivo que defendeu ao longo destes três anos e meio, e desta forma, deseja-lhe as maiores felicidades para o novo cargo que vai abraçar.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H40M, do dia 22 de abril de 2017, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)